

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU**  
**INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS – IERI**  
**BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JOÃO VITOR MARCONATO

**A POLÍTICA EXTERNA DE BOLSONARO NA ADOÇÃO DO 5G:**  
**GRUPOS DE INTERESSE E PRESSÕES EXTERNAS**

UBERLÂNDIA – MG

2024

JOÃO VITOR MARCONATO

**A POLÍTICA EXTERNA DE BOLSONARO NA ADOÇÃO DO 5G**  
**GRUPOS DE INTERESSE E PRESSÕES EXTERNAS**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Aparecida Cardozo

UBERLÂNDIA – MG

2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

M321 Marconato, João Vitor, 1998-  
2024 A política externa de Bolsonaro na adoção do 5G  
[recurso eletrônico] : Grupos de interesse e pressões  
externas / João Vitor Marconato. - 2024.

Orientadora: Sandra Aparecida Cardozo.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em  
Relações Internacionais.

Modo de acesso: Internet.  
Inclui bibliografia.

1. Relações Internacionais. I. Cardozo, Sandra  
Aparecida, 1972-, (Orient.). II. Universidade Federal de  
Uberlândia. Graduação em Relações Internacionais. III.  
Título.

CDU: 327

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

JOÃO VITOR MARCONATO

**A POLÍTICA EXTERNA DE BOLSONARO NA ADOÇÃO DO 5G**

**GRUPOS DE INTERESSE E PRESSÕES EXTERNAS**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Uberlândia, 19 de abril de 2024

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Sandra Aparecida Cardozo - Orientadora

Instituto de Economia e Relações Internacionais – IERI/UFU

---

Prof. Dr. Filipe Almeida de Prado Mendonça

Instituto de Economia e Relações Internacionais – IERI/UFU

---

Prof. Me. Erwin Pádua Xavier

Instituto de Economia e Relações Internacionais – IERI/UFU

## **AGRADECIMENTOS**

A meus pais que sempre estiveram presentes, acreditaram e apoiaram meus sonhos de forma incondicional.

A todos os meus amigos que me acompanharam e me apoiaram durante todos esses anos.

A meus professores que sempre fomentaram meu interesse e fascínio pela ciência.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, que permitiu o início de minha jornada na pesquisa acadêmica.

A ciência é muito mais do que um corpo de conhecimento. É uma maneira de pensar.

Carl Sagan

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar os diferentes atores e grupos de interesse, sejam eles nacionais ou internacionais, que foram capazes de exercer pressão sobre o governo brasileiro, em meio a disputa tecnológica internacional entre Estados Unidos e China, que resultou na decisão de não proibir a participação da Huawei nas redes comerciais de dados móveis 5G do país. O estudo se concentra especificamente nos interesses e grupos internos que formaram a base do governo de Jair Bolsonaro, destacando as divergências internas dos grupos de interesse. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, junto a estrutura proposta por Margaret Hermann, como forma de análise de um processo decisório marcado por fortes divergências e incertezas. Os resultados revelam que o grupo aqui classificado como pragmático se sobressaiu devido aos fatores econômicos envolvidos, além da pressão chinesa sobre o Brasil, que teve papel decisivo nesse processo.

**Palavras-chave:** Grupos de Interesse; Processo Decisório; Huawei; 5G; Política Externa Brasileira; Governo Bolsonaro.

## ABSTRACT

This work aims at identifying the different actors and interest groups, nationals or foreign, that were able to pressure the Brazilian government amid the technological international dispute between the United States and China, resulting on the decision to not ban the presence of Huawei on the commercial 5G mobile networks of Brazil. The study emphasizes the interests and internal groups that formed the support base of Bolsonaro's government, highlighting the internal divergences of these groups. The methodology used is the study case, together with the structure proposed by Margaret Hermann, as a way of analyzing a decision-making process marked by strong divergences and uncertainties. The results reveal that the group classified here as pragmatic stood out due to the economic factors involved, in addition to the Chinese pressure on Brazil, which played a decisive role in this process.

**Keywords:** Interest Groups; Decision Process; Huawei; 5G; Brazilian Foreign Policy; Bolsonaro Government.



## SUMÁRIO

1. <b>Introdução</b> .....	9
2. <b>Perspectiva histórica da política externa brasileira até Bolsonaro – Pragmatismo e Ideologia</b> .....	12
3. <b>A disputa entre Estados Unidos e China pelo 5G e seus efeitos sobre o Brasil</b> .....	18
4. <b>Estrutura analítica de Margaret G. Hermann e os grupos de interesse na política externa de Bolsonaro – O processo decisório e seus resultados</b> .....	29
5. <b>Conclusão</b> .....	50
6. <b>Referências</b> .....	54

## 1. Introdução

Desde a Proclamação da República, a política externa brasileira caminha para uma maior aproximação dos Estados Unidos, com alguns períodos breves de distanciamento, ao mesmo tempo que não se descartavam boas relações com os vizinhos sul-americanos, havendo sempre a busca por relações diplomáticas pacíficas e pelo não uso da força (Vidigal; Bernal-Meza, 2020). Mais recentemente, após o início do século XXI, os Estados Unidos se mantêm como um dos parceiros econômicos mais importantes do Brasil, mas que vem perdendo protagonismo para a China, que se torna cada vez mais a prioridade brasileira, especialmente após a subida ao poder dos governos do Partido dos Trabalhadores.

Mais recentemente, em 2018, Jair Bolsonaro foi eleito prometendo uma drástica reversão dessa tendência de aproximação com a China em favor do aprofundamento de relações com os Estados Unidos. Durante os primeiros meses de 2019, o governo Bolsonaro buscava um forte alinhamento com o vizinho do norte, ao passo que os Estados Unidos elevavam a tarifa para importação de aço brasileiro e subsidiavam a produção de soja, medidas essas prejudicam os interesses brasileiros (Vidigal; Bernal-Meza, 2020). Apesar de suas promessas de afastamento da China durante a campanha, o primeiro ano do governo Bolsonaro foi marcado por uma postura mais pragmática em relação ao país asiático, sendo esse pragmatismo sustentado por grupos beneficiados pela ascensão econômica chinesa como o agronegócio (Abrão; Santos; Sousa, 2021).

A chegada de Bolsonaro, a presidência do Brasil coincide com o acirramento da competição geopolítica entre Estados Unidos e China (Spektor, 2018), em especial a disputa tecnológica pela participação nas redes de dados móveis de quinta geração, mais conhecida como 5G. Contudo, apesar da tendência de forte alinhamento americanista por parte da política externa brasileira e os Estados Unidos terem pressionado o Brasil a banir empresas chinesas de sua rede 5G, o governo brasileiro apresentou certa relutância em adotar uma posição definitiva a respeito da questão (Abrão; Santos; Sousa, 2021), com diferentes grupos e membros do governo Bolsonaro dando declarações contraditórias sobre qual seria o posicionamento brasileiro em meio a essa disputa.

Assim como os Estados Unidos, a China parece ter se utilizado de sua crescente importância para o Brasil, passando a pressionar o governo Bolsonaro através de seus diplomatas, que adotaram uma postura bastante diferente da tradicional frente a membros do governo brasileiro (Stuenkel, 2020), se aproveitando da crescente dependência econômica, em

especial do agronegócio brasileiro, e dos insumos para fabricação de vacinas de COVID-19 (Li, 2023) em meio a pandemia que assolou o Brasil e o mundo entre os anos de 2020 e 2023.

Frente a essas pressões externas e uma falta de coesão interna a respeito de um tópico tão crucial das atuais disputas políticas internacionais, como é o 5G, o governo Bolsonaro evidenciou suas fortes contradições e desentendimentos internos (Abrão; Santos; Sousa, 2021). É nesse contexto de disputa entre importantes parceiros econômicos e falta de coesão interna do governo brasileiro que esse trabalho está inserido, buscando investigar os principais grupos e atores, internos e externos, que foram capazes de pressionar e influenciar o governo brasileiro, resultando na decisão de não restringir, de forma contundente, o uso de *hardware* da Huawei nas redes de dados móveis públicas do Brasil.

Posto isso, este trabalho busca responder à seguinte pergunta: Quais os grupos e os interesses, internos e externos, que influenciaram a elaboração da política externa brasileira frente a disputa tecnológica pela rede 5G entre Estados Unidos e China? A hipótese é que a falta de coesão interna dificultou a adoção de uma posição clara pelo governo brasileiro, com os fatores econômicos sendo decisivos nessa dinâmica. Além disso, também se trabalha com a hipótese de que as pressões externas foram relevantes na definição posicionamento brasileiro, frente a disputa entre Estados Unidos e China pelo 5G.

O trabalho utiliza a abordagem qualitativa, com um procedimento de estudo de caso. Foram utilizadas fontes secundárias como a literatura acadêmica existente a respeito da política externa de Bolsonaro e da disputa internacional pelo 5G entre a China e os Estados Unidos. O trabalho também se utiliza de fontes primárias como matérias e artigos jornalísticos com declarações e fontes internas de membros do governo brasileiro, além de declarações feitas por membros do governo diretamente em suas contas pessoais do X, antigo Twitter. Além dessas fontes, o trabalho se utiliza da estrutura de análise apresentada por Margaret G. Hermann (2001), para analisar o processo decisório do governo, buscando melhor compreender a dinâmica de pressão entre os grupos aqui analisados e seus resultados.

Em um primeiro momento, o trabalho fará uma breve descrição da perspectiva histórica da política externa brasileira, explorando o contraste entre a tradição e o governo aqui analisado, destacando o forte caráter ideológico presente em sua política externa, ao menos no discurso. Posteriormente, será feita uma descrição do conflito entre Estados Unidos e China, esse iniciado pela administração Trump ao levantar suspeitas sobre o uso da empresa Huawei pelo governo chinês como ferramenta de espionagem a países estrangeiros, com Washington passando a

pressionar seus aliados a proibirem a presença da Huawei em suas redes móveis, incluindo o Brasil. Em seguida, o trabalho identifica os diferentes atores, internos e externos, que foram capazes de exercer pressão sobre o processo decisório, bem como seus resultados. Por fim, o trabalho se utiliza da estrutura de análise proposta por Hermann (2001) para melhor compreender as dinâmicas e os resultados do processo decisório do caso analisado.

O trabalho se justifica uma vez que contribui para o entendimento de um caso bastante recente e ainda pouco estudado da política externa brasileira, trazendo contribuições para o campo de estudos de política externa brasileira em sentido mais amplo ao analisar o período recente da política externa brasileira, esse marcado por fortes mudanças, além de suas implicações para as relações com os Estados Unidos e a China, hoje os dois parceiros comerciais mais relevantes para o Brasil, que caminham em direção a intensas disputas tecnológicas e comerciais. A compreensão dos grupos internos que influenciaram nesse processo decisório se mostra necessária, tanto para melhor compreender a política externa de Bolsonaro, como pela presença e influência que tais grupos mantém no poder legislativo, mesmo com a troca de governo em 2023, o que nos fornece indícios das tendências futuras da política externa brasileira.

## **2. Perspectiva histórica da política externa brasileira até Bolsonaro – Pragmatismo e Ideologia**

Os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil em 1822, fazendo isso também para outros estados americanos como forma de enfraquecer a influência europeia na região e eventualmente tornar esses países sua zona de influência (Hakim, 2004, *apud* Lima, 2021, p. 4). As relações entre Brasil e Estados Unidos mudaram ao longo do tempo, às vezes melhorando, às vezes se deteriorando (Lima, 2021, p. 2). Mais recentemente, esse processo de melhora e piora das relações se deu, até certo grau, devido ao perfil dos líderes eleitos que afetam toda a geopolítica mundial (Lima, 2021, p. 3) e a relação entre ambos os países.

Historicamente, os laços mais fortes com a cultura americana foram estabelecidos na era Vargas entre os anos 30 e 40 (Lima, 2021, p. 4), período no qual ocorreu uma mudança de paradigma da política externa brasileira, com o “velho mundo” da Europa não mais sendo o modelo de modernização no qual o Brasil se inspirava (Fishlow, 1982 *apud* Lima, 2021, p. 3). Durante este mesmo período, as relações entre Brasil e China, que até então eram bastante tímidas, se aprofundaram com a visita de Chiang Kai-Shek ao Rio de Janeiro em 1946, sendo logo interrompidas após a derrota do Kuomintang na guerra civil chinesa (Uehara; Casarões, 2013). Durante o governo de Jango (1961 – 1964), as relações com os Estados Unidos se deterioraram à medida que o governo brasileiro buscava afirmar sua política externa independente, se aproximando do bloco socialista, o que incluía tanto a China continental quando a União Soviética (Uehara; Casarões, 2013).

Essa tendência de aproximação ao bloco socialista se reverte após o golpe militar, especialmente durante os primeiros anos do regime sob Castelo Branco, quando se verificou uma política externa de alinhamento automático aos Estados Unidos, que, apesar de algumas divergências de interesse entre Brasil e Estados Unidos, ficou marcada por diversas declarações de lealdade irrestrita aos Estados Unidos, com essa política externa ficando conhecida como “serventia estratégica” (Gonçalves; Silva; Miyamoto, 1993). Segundo essa perspectiva de política externa, o Brasil deveria demonstrar sua importância aos Estados Unidos, e seu papel dentro da lógica da Guerra Fria, como forma de contenção ao comunismo, colocando também a segurança como prioridade na agenda do governo, pois ainda segundo a perspectiva da serventia estratégica, o desenvolvimento do país estaria em função da segurança (Gonçalves; Silva; Miyamoto, 1993).

Com o fim do regime militar, o Brasil passa por um processo de reabertura, gerando mudanças em sua política externa. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil adota uma política externa crítica ao que FHC chamava de “globalização assimétrica” (Silva, 2009), dando início a uma postura de endurecimento do discurso contra a atuação dos Estados Unidos na “guerra ao terror”, além de uma tentativa de aproximação a países emergentes através dos organismos multilaterais em temas de interesse comum, como as negociações de patentes farmacêuticas (Moreira Júnior, 2020b). Essa tendência se manteve durante dos governos Lula e, apesar de não haver grandes inflexões, houve diferentes ênfases dadas as parcerias com diferentes Estados menos tradicionais consideradas mais estratégicas por cada governo (Moreira Júnior, 2020b).

A política externa dos governos Lula priorizou, por exemplo, a relação sul-sul, engajando-se em ações junto a países na África, Oriente Médio, Ásia-Pacífico, dando uma ênfase especial à América Latina e ao Caribe, buscando angariar apoio para o principal objetivo da diplomacia brasileira do período, uma participação mais ativa na formulação e implementação das normas internacionais, além de contribuir para a desconcentração de poder e redução das assimetrias nos organismos internacionais e fóruns multilaterais (Moreira Júnior, 2020b).

Ao mesmo tempo que a diplomacia brasileira buscava espaço e cooperava com os organismos internacionais e governos do hemisfério sul, também era colocada em prática a busca por uma reforma de governança global sob o entendimento de que as normas das instituições multilaterais deveriam refletir o mundo multipolar emergente (Moreira Júnior, 2020b). Através da formação de redes de apoio com diferentes países em diferentes grupos de negociação, o Brasil angariava apoio a seu pleito por reformas nas estruturas de poder e governança global, o que ficou conhecido na academia por “autonomia pela diversificação” (Vigevani; Cepaluni, 2009).

Foi no ano de 2009, durante o segundo governo Lula, após a crise financeira de 2008, que a China ultrapassa os Estados Unidos, se tornando o maior parceiro econômico do Brasil, relação essa que foi reestabelecida ainda durante os governos militares, especificamente em 1974 no contexto da reaproximação entre Estados Unidos e China (Uehara; Casarões, 2013). Desde os anos 2000 que ambos os países passaram a olhar mais um para o outro, aprofundando seus laços comerciais, não apenas através da troca de produtos, mas também através da formação de *joint-ventures* nos setores de mineração e de maior uso tecnológico como aviação

(Uehara; Casarões, 2013). Tal relação entre China e Brasil, durante os governos Lula, foi caracterizada pela busca de objetivos comuns, respeito mútuo e cooperação (Cardoso, 2013).

O engajamento e pluralidade de interlocução internacional do governo Lula sofreram algumas alterações sob o governo de Dilma Rousseff, que adotou uma postura mais pragmática nos eventos e encontros com outros líderes internacionais (Moreira Júnior, 2020b), em parte por conta de seu perfil muito menos carismático e popular se comparado a seu antecessor. Outro ponto é que a realidade internacional era muito mais instável (Saraiva, 2014; Bastos; Hiratuka, 2018) devido às dificuldades de recuperação econômica da crise de 2008, que tornaram acordos bilaterais a prioridade sobre negociações multilaterais, além de instabilidades institucionais na América Latina e no Oriente Médio (Moreira Júnior, 2020b).

As relações brasileiras com o parceiro mais tradicional, os Estados Unidos, atingem um dos pontos de maior atrito da história após a divulgação dos escândalos de espionagem do governo americano contra a Petrobrás e membros do governo brasileiro, incluindo a presidente Dilma, no “caso Snowden” (Bessa, 2014 *apud* Moreira Júnior, 2020b). Outro ponto de atrito ocorreu em maio de 2010, quando o governo americano demonstrou indignação pelo Brasil ter auxiliado na negociação entre Irã e Turquia para o programa nuclear iraniano (Lima, 2021).

Após esse período de um maior pragmatismo na política externa durante os governos de Lula e Dilma, ocorre uma nova guinada para um maior alinhamento aos Estados Unidos, com a ascensão ao poder de Michel Temer, logo após o *impeachment* da presidente Dilma. Essa nova guinada foi sinalizada em um primeiro momento por José Serra, na época Ministro das Relações Exteriores, em discursos que minimizava a importância dos BRICS e outros instrumentos para a cooperação entre o sul global, enfatizando também a necessidade de o Brasil dar prioridade para sua atuação internacional, se direcionando aos países desenvolvidos (Moreira Júnior, 2020b).

Também criticou o que chamou de “ideologização” da política externa dos governos petistas, impulsionando a suspensão da Venezuela do MERCOSUL (Moreira Júnior, 2020b) e dando ênfase aos acordos de livre comércio, em especial ao acordo MERCOSUL – União Europeia, por um forte interesse da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP e Confederação Nacional das Indústrias – CNI, também exercendo pressão por um acordo, mesmo sem os parceiros do bloco (Berringer; Forlini, 2018).

Outro ponto que indica essa tendência de realinhamento com os países desenvolvidos veio sob a gestão de Aloysio Nunes após o afastamento de José Serra, que colocou como

prioridade de seu mandato a entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apresentando o pedido formal de ingresso em maio de 2017 (Moreira Júnior, 2020b). Também sob sua gestão foi aprovada a nova Lei de Migração, colocando o Brasil na vanguarda internacional sobre a legislação migratória, além da realização da Operação Acolhida em parceria com agências da ONU com o objetivo de promover a interiorização de refugiados do território venezuelano (Moreira Júnior, 2020b). Essa operação, por sua vez, será um dos poucos traços de continuidade da política externa de Jair Bolsonaro (Moreira Júnior, 2020b), que assumiu a presidência em 2019.

Desde sua campanha presidencial, Bolsonaro já traçava as linhas gerais de política externa que seriam adotadas, claramente voltada para um alinhamento automático com os Estados Unidos (Esteves, 2020) e Israel, além de crítica à chamada “agenda globalista” das Nações Unidas (Chagas-Bastos, 2019). Tais linhas foram desenhadas por Felipe Martins que, posteriormente, seria confirmado como Assessor Especial da Presidência para Assuntos Internacionais, também responsável pela aproximação entre família Bolsonaro e Olavo de Carvalho, e da nomeação de Ernesto Araújo como Ministro das Relações Exteriores (Moreira Júnior, 2020b).

Ambos possuem uma ideologia conservadora de ares fundamentalistas, e buscam a formulação de uma política externa em direção oposta ao multilateralismo e aos esforços dos organismos internacionais e agências das Nações Unidas no que tange a governança global, defendendo que determinados valores civilizacionais não devem estar subjugados à governança global ou à influência da comunidade internacional (Moreira Júnior, 2020b). Percebe-se como essa nova política externa vai em uma direção oposta ao que vinha sendo defendido pelo Brasil e China durante o início do século XXI.

Araújo defende o que ele chama de “metapolítica externa”, uma política que atua no plano cultural-espiritual “muito mais do que no plano do comércio ou da estratégia diplomático-militar” (Araújo, 2017), o que denota seu forte caráter ideológico. É interessante notar que o próprio ex-ministro frisava que sua política externa não era ideológica, implicando a essa característica uma ideia inerentemente negativa, ao mesmo tempo que rejeita as afirmações de sua política externa ser predominantemente ideológica.

Moreira Júnior (2020b) lembra que a substituição da geopolítica por uma “teopolítica” foi colocada a prova com o anúncio das intenções de Bolsonaro pela transferência da embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém, assim como feito por Trump alguns meses



antes, medida essa que acabou por fracassar devido aos fortes protestos e ameaça de retaliação dos países árabes, grandes parceiros comerciais do agronegócio brasileiro, além das tensões nos gabinetes ministeriais, em especial nos ocupados por militares (Moreira Júnior, 2020b).

Esse movimento evidencia o forte caráter ideológico da política externa de Bolsonaro, na medida que seria adotada apenas para seguir os passos de Trump e agradar Israel, sem trazer nenhum benefício prático ao Brasil, ao mesmo tempo que traria um enorme desgaste nas relações com os países árabes, esses que são importantes parceiros comerciais do Brasil. Outro ponto que chama a atenção é a discordância dos militares no que tange a mudança, denotando uma abordagem mais pragmática desse grupo, pelo menos no que se refere à mudança da embaixada. O único grupo que de fato apoiou tal empreitada foi a bancada evangélica (Carneiro, 2019), fortes apoiadores de Bolsonaro durante todo seu governo.

Com a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência do Brasil, as relações entre Brasil e Estados Unidos sofreram fortes mudanças, em especial por conta da contraparte americana Donald Trump. A relação, pelo menos no início do mandato de Bolsonaro, aparenta ser muito mais personalista do que de Estado, ou seja, se trata de uma relação de proximidade entre ambos os líderes, e não de uma relação entre as duas nações, algo bastante problemático, pois destaca que os interesses e benefícios a serem obtidos a partir da relação são do indivíduo Bolsonaro e não da nação brasileira. O apoio quase incondicional de Bolsonaro aos Estados Unidos, não apenas na América Latina, mas na política mundial, é inédito (Lima, 2021), com ambos os líderes, brasileiro e americano, sendo vistos como impulsivos e pouco influenciáveis até mesmo por pessoas próximas (Mearsheimer, 2019 *apud* Lima, 2021).

Em outubro de 2019, representantes brasileiros e americanos concluíram negociações de três acordos comerciais entre os dois países, pacote esse que formará as bases de um futuro acordo de livre comércio entre Brasil e Estados Unidos, movimento esse que agrada a empresários brasileiros (Lima, 2021). Ao mesmo tempo, há a percepção que o pacote possa ser uma troca americana destinada a convencer o Brasil, por meio de conselheiros de segurança nacional dos Estados Unidos, a banir a Huawei da rede 5G a ser implantada no Brasil (Lima, 2021).

O que surpreende nas relações entre Brasil e Estados Unidos durante o governo Bolsonaro, não é o forte alinhamento que não é inédito, mas sim uma aparente ausência do interesse nacional brasileiro (Esteves, 2020), com o Brasil fazendo concessões aos Estados Unidos sem esperar pela reciprocidade e sem exercer pressão sobre a outra parte (Lima, 2021),

como no caso do levantamento de tarifas à entrada de trigo e etanol norte-americanos no país, atendendo um pleito antigo dos Estados Unidos (Moreira Júnior, 2020b).

Bolsonaro, ao retornar de sua primeira viagem aos Estados Unidos, em 2019, apresentou como ganhos uma série de concessões unilaterais, como a retirada da exigência de visto para cidadãos americanos; a transferência da Base de Lançadores Espaciais de Alcântara no Maranhão pela assinatura do Acordo de Proteção Tecnológica; além da perda do status de país em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio (OMC), esperando em troca o apoio da administração Trump para aderir a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e tornar-se um “aliado prioritário não-OTAN” (Moreira Júnior, 2020b; Lima, 2021). Ao mesmo tempo em que Bolsonaro fazia tais concessões, os Estados Unidos impuseram barreiras ao aço, alumínio, papel e celulose brasileiros no mercado americano (Moreira Júnior, 2020b), reforçando a hipótese de que a relação entre Bolsonaro e Trump, se tratou de uma relação de admiração personalista não recíproca, e não de dois chefes de Estado.

Bolsonaro também manteve sua política de alinhamento automático com Trump no que tange a China, elevando o tom em relação aos investimentos e negócios do país asiático no Brasil. Assim como no caso da embaixada, o Ministério da Agricultura, ministros militares e o vice-presidente Hamilton Mourão se reuniram com autoridades do governo e da diplomacia chinesa para reforçar o compromisso do Brasil com seu maior parceiro comercial (Moreira Júnior, 2020b). Parte dessa retórica reacionária é consequência da forte influência sobre o governo de Olavo de Carvalho, que dirigiu publicamente parte das ações do governo, sendo responsável pela indicação e demissão de ministros de Estado, além de participar de reuniões entre autoridades brasileiras e representantes do governo dos Estados Unidos, algo que também ocorre no que se refere a influência das igrejas neopentecostais sobre o governo Bolsonaro (Lima, 2021).

### 3. A disputa entre Estados Unidos e China pelo 5G e seus efeitos sobre o Brasil

Nas últimas décadas, a intensificação da rivalidade entre China e Estados Unidos tem se manifestado em diversas áreas, econômica, militar e tecnológica. A área tecnológica, por sua vez, se subdivide em várias outras áreas com grande potencial de provocar transformações e avanços econômicos, sociais e culturais, como é o caso da inteligência artificial, produção de semicondutores e telecomunicações, em especial a quinta geração de internet móvel, o 5G. Em termos gerais, essa nova geração de telecomunicações deverá permitir conexões muito mais rápidas e estáveis, coleta de grande quantidade de informações que podem ser apuradas em banco de dados, que por sua vez possibilita a chamada Internet das Coisas – IoT (Moreira Júnior, 2020a).

Essa nova geração de comunicações móveis, o 5G, se mostra importante para além da conexão mais rápida de smartphones, pois também permite o surgimento de novos serviços que podem vir a transformar indústrias como um todo ao fornecer conexões ultraestáveis, de baixa latência, possibilitando, por exemplo, o controle remoto de infraestruturas críticas, veículos e procedimentos médicos, além da conexão em simultâneo de múltiplos dispositivos e sensores de IoT (Qualcomm, 2022). Tudo isso, obviamente, terá um grande impacto sobre as economias nacionais, se tornando parte da infraestrutura crítica dos países. Dito isso, a influência sobre a construção dessa infraestrutura e a determinação de seus padrões de implementação se tornam essenciais para países que tradicionalmente possuem uma hegemonia tecnológica sobre os demais.

O grande avanço da China nos setores de tecnologia causaram apreensão nos Estados Unidos, pois tornaram-se um verdadeiro desafio para a manutenção da supremacia tecnológica estadunidense, levando-os a tomar medidas para diminuir a interdependência entre ambos, principalmente nos setores de tecnologia de uso dual, ou seja, civil e militar, além de esforços diplomáticos para pressionar outros países a não permitirem a utilização de tecnologias e equipamentos chineses, mesmo quando essas não competem diretamente com empresas estadunidenses (Abrão; Santos; Sousa, 2021). A disputa pelo 5G entre China e Estados Unidos se encaixa idealmente na segunda medida, visto que não há nenhuma empresa estadunidense capaz de concorrer diretamente com a Huawei como fornecedora de *hardware*, sendo necessário recorrer às europeias Ericsson e Nokia.

Um dos passos mais marcantes dessa campanha estadunidense se deu em 2019, sob o governo de Donald Trump, quando o ex-presidente assinou uma ordem executiva proibindo

empresas de telecomunicações dos Estados Unidos de utilizarem “equipamentos fabricados no estrangeiro que possam ser um risco para a segurança nacional”, efetivamente proibindo o uso de *hardware* fabricado, ou que contenham tecnologias desenvolvidas pela Huawei, até então a empresa líder no setor de telecomunicações (Kang; Sanger, 2019). Apesar de a Casa Branca negar que a China seja o alvo de tais medidas, uma vez que a ordem não se destina diretamente a empresas chinesas, é bem óbvio que esse é o objetivo, visto que, no mesmo dia, o Departamento de Comércio dos Estados Unidos colocou a Huawei na lista de empresas classificadas como uma ameaça à segurança nacional (Kang; Sanger, 2019).

Buscando um boicote à Huawei para além do território americano, os Estados Unidos passaram a pressionar seus aliados a seguirem seus passos e proibirem a participação da chinesa em suas redes 5G, sob a ameaça de interromper o compartilhamento entre agências de inteligência (Alper, 2020). Inicialmente, Austrália, Nova Zelândia, Inglaterra e Japão deferiram o pedido americano e proibiram o uso de equipamentos da Huawei na licitação de sua infraestrutura 5G (Jaisal, 2020). A concordância dos países de língua inglesa não é estranha, visto a proximidade dos países desenvolvidos da *Commonwealth of Nations* com os Estados Unidos. O que chama atenção é a resistência do Canadá, outro grande aliado dos Estados Unidos e membro da aliança *Five Eyes*<sup>1</sup>, que mesmo sob ameaça de proibição do compartilhamento de informações de inteligência por congressistas americanos (Atwood e Gaouette, 2019; Boadle, 2020) veio a realizar o banimento da Huawei e ZTE (Liang, 2022) apenas em 2022.

Já é esperado que a proibição das empresas chinesas trará custos econômicos consideráveis ao Canadá, visto que muitas empresas de telefonia do país utilizam equipamentos da Huawei e ZTE, tanto para redes 5G como para as gerações anteriores, sendo agora requerido por lei que seja feita a substituição desses equipamentos (Liang, 2022). O mesmo deve acontecer com os demais países que optarem por um banimento tardio, uma vez que a tendência é a utilização por parte das telefonias de equipamentos das líderes de mercado no setor, no caso a Huawei.

A disputa entre o governo americano e a Huawei atingiu um novo patamar quando as autoridades canadenses, pressionadas por Washington, detiveram Meng Wangzhou, vice-presidente da Huawei e filha de seu fundador, Ren Zhengfei, sob acusação de violações de

---

<sup>1</sup> Aliança para cooperação e compartilhamento de informações entre as agências de inteligência e espionagem dos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia.

sanções contra o Irã por parte da empresa chinesa (Atwood; Gaouette, 2019), sendo libertada em 24 de setembro de 2021, ao mesmo tempo que dois canadenses foram libertados na China (Liy, 2021), um claro indício de que as detenções foram puramente políticas e diretamente relacionadas ao embate entre Estados Unidos, China e Huawei.

Apesar da pressão americana sobre seus aliados, apenas os países mais próximos e tradicionalmente alinhados aos Estados Unidos optaram por um banimento completo ou parcial das empresas chinesas na infraestrutura 5G nacional. Mesmo aliados tradicionais europeus, como Alemanha e França, optaram por não restringir as empresas chinesas, mesmo sob ameaça de limitação no compartilhamento de informações entre as agências de inteligência (Atwood; Gaouette, 2019), o que demonstra uma baixa capacidade de pressão por parte dos Estados Unidos no que tange a tecnologia 5G.

Outro exemplo de pressão realizada em seus aliados pelo governo dos Estados Unidos veio de Mike Pompeo, que sugeriu que o uso de equipamentos da Huawei em países aliados poderia comprometer a presença de tropas americanas em seu território (Barnes; Satariano, 2019), uma ameaça dura visto que a estratégia de projeção de poder dos Estados Unidos para além de seu território durante toda a Guerra Fria foi justamente manter uma presença militar constante em países aliados. Além disso, a baixa preocupação dos europeus em relação à espionagem chinesa através de equipamentos 5G reforça os indícios de que essa disputa se trata de uma medida política dos Estados Unidos para manter sua supremacia tecnológica, como já apontado por Abrão, Santos e Sousa (2021).

Além da proibição de empresas americanas de utilizarem equipamento de empresas estrangeiras na lista de “risco à segurança nacional”, os Estados Unidos também passaram a impedir que suas próprias empresas façam negócios com a Huawei, proibindo a venda de produtos e tecnologias estadunidenses sem uma aprovação governamental específica (Kang e Sanger, 2019), buscando dificultar a atuação da empresa chinesa em setores nos quais depende de tecnologia americana, como é caso da venda de smartphones, Inteligência Artificial (IA) e fabricação de semicondutores.

Chamada de “guerra fria tecnológica”, a disputa não se restringiu apenas ao governo Trump, com o ex-presidente sendo apenas mais vocal que seu sucessor, Joe Biden. Exemplo dessa continuidade é a nova proibição anunciada pelo governo americano no dia primeiro de setembro de 2022, limitando a venda de processadores avançados que sejam projetados pelas

empresas Nvidia e Advanced Micro Devices (AMD) para a China e Rússia (Clark; Swanson, 2022).

Outro exemplo de continuidade da política externa de Trump por Biden foi a pressão feita sobre os Emirados Árabes Unidos pela eliminação completa da Huawei das redes móveis do país. A campanha do governo americano se mostra bastante incisiva, ao solicitar que os equipamentos da empresa chinesa sejam completamente substituídos até 2026, ano previsto para que o país árabe receba os primeiros caças F-35 e drones americanos adquiridos por 23 bilhões de dólares (Wadhams; Westall, 2021), colocando de forma implícita o banimento da Huawei como uma condicionalidade para o recebimento das aeronaves militares. Tal ameaça não seria inusitada, visto que, em 2019, os Estados Unidos expulsaram a Turquia, um membro pleno da OTAN, do programa F-35 após a compra do sistema de defesa antiaéreo russo S-400 (Mehta, 2019).

De forma sintética, pode-se dizer que o boicote americano à empresa chinesa foi parcialmente bem-sucedido, à medida que os aliados mais próximos aos Estados Unidos e países rivais da China, adotaram uma proibição total ou parcial da Huawei. Podemos citar o Japão que, em 2018, proibiu membros do governo de adquirir equipamentos ou tecnologias da Huawei (Kaneko, 2018); Vietnã, que apesar de não proibir efetivamente a Huawei, optou por escanteá-la devido as tensões territoriais entre os dois países (South China Morning Post, 2019), Índia, que passou a exigir das empresas de telefonia móveis obterem equipamentos de “fontes confiáveis”, algo em que a Huawei não se classifica (Kaur, 2022); Austrália e Nova Zelândia, que proibiram o uso de equipamentos chineses na sua rede 5G ainda em 2018 (Shu, 2018; McDuling, 2018), além de vários países europeus, como Reino Unido, Estônia, Letônia, Lituânia, Dinamarca, França, Romênia e Suécia (Reuters, 2023).

Em um cenário de tensão entre China e Estados Unidos, essa relevância da determinação dos padrões tecnológicos e do controle dos dados que vão circular pelas redes traduziu-se na disputa política entre os dois países, em especial durante o governo Trump, que exerceu pressão sobre diversos países, incluindo os latino-americanos, para que não permitissem a participação de empresas chinesas em suas infraestruturas de comunicação, com destaque para a Huawei, líder em equipamentos de infraestrutura para rede 5G (Abrão; Santos; Sousa, 2021). Como resultado dessa disputa, as oportunidades e riscos de manter uma relação de cooperação equidistante tanto com China como Estados Unidos passou a se tornar cada vez mais difícil devido ao constrangimento sistêmico que afeta os demais Estados e atores do sistema internacional (Abrão; Santos; Sousa, 2021).

Nesse contexto de disputa tecnológica entre os Estados Unidos e a China, o Brasil de Jair Bolsonaro, que desde antes do início de seu mandato manteve uma relação não de alinhamento automático com os Estados Unidos, mas personalista com a figura de Donald Trump, sinalizava que aceitaria a proposta de Trump de proibir a utilização de equipamentos com tecnologia chinesa da infraestrutura 5G do Brasil, por conta de uma preocupação relacionada à segurança dos dados.

Logo antes de qualquer declaração pública de autoridades brasileiras sobre o tema, os Estados Unidos tomaram a iniciativa de dificultar a participação da Huawei na rede 5G brasileira. Desde 2019, representantes dos Estados Unidos têm utilizado reuniões com autoridades brasileiras para colocar em dúvida a segurança dos equipamentos da Huawei, afirmando que tais equipamentos poderiam ser utilizados para espionagem, além de sugerirem, a auxiliares de Bolsonaro, que as parcerias no âmbito da defesa dependeriam de garantias de que as redes brasileiras sejam confiáveis (Coletta; Fernandes; Wiziack, 2019).

No dia 20 de outubro de 2020, durante uma visita a Brasília, oficiais da *U.S. International Development Finance Corporation (DFC)*, *U.S. EXIM Bank* e do Conselho de Segurança Nacional declararam a disponibilidade de fundos para financiar as empresas de telecomunicação brasileiras na compra de equipamentos de empresas ocidentais para a construção da rede 5G brasileira (Boadle; Shalal, 2020). Em termos de valores, oficiais do *EXIM Bank* declararam que 20% de seu portfólio de 135 bilhões de dólares estavam disponíveis a empresas que estivessem dispostas a se alinhar à administração Trump, visando neutralizar a competição de empresas chinesas (Boadle; Shalal, 2020).

Fontes do alto escalão do governo federal confirmaram, sob condição de anonimato, o desejo do presidente Bolsonaro de banir o uso de equipamentos da Huawei pelas operadoras de telefonia na rede 5G brasileira (InfoMoney, 2020), possivelmente devido ao forte alinhamento ao então presidente norte-americano, Donald Trump. O desejo do presidente por uma restrição à Huawei se confirma, para além dos relatos de funcionários do governo, com um tweet feito pelo deputado Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, em que afirma que o governo apoia a aliança *Clean Network* liderada pelos Estados Unidos (Barbosa; Fagundes 2021). Pouco tempo depois, no dia 20/10/2020, Fábio Faria, Ministro das Comunicações, nomeou Carlos Baigorri como relator do leilão do 5G, o qual, em uma entrevista ao Broadcast, disse que é necessário que o Brasil tenha fornecedores confiáveis, também afirmando, na mesma entrevista, que a Huawei tem menor transparência se comparada a outras empresas do setor (Warth, 2020).

O programa “*Clean Network*” se trata de uma iniciativa da administração Trump, que visa proteger os ativos nacionais, o que inclui a privacidade de seus cidadãos e informações sensíveis de empresas, de atores maliciosos externos, como o Partido Comunista Chinês, implementando padrões de confiança digital aceitos internacionalmente em uma coalizão de parceiros confiáveis (US Department of State, 2020), o que, na prática, implicaria a proibição do uso de equipamentos e softwares desenvolvidos pela Huawei e outras empresas chinesas.

Nas palavras do secretário de Estado de Trump:

Fornecedores de TI não confiáveis não terão acesso aos sistemas do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Seguiremos a carta da lei para garantir que tenhamos um caminho limpo para todo o tráfego de rede 5G que chega a todas as nossas instalações. Ponto. Continuaremos fazendo tudo que estiver ao nosso alcance para manter nossos dados críticos e nossas redes seguras do Partido Comunista Chinês (Pompeo, 2021, *on-line*).

Além disso, após uma visita de Keith Krach, subsecretário de Estado dos Estados Unidos para crescimento econômico, energia e meio ambiente, no dia 10/10/2020, o Brasil e os Estados Unidos realizaram uma declaração conjunta em que o Brasil afirmava apoiar os princípios da *Clean Network*, reforçando a intenção brasileira de pelo menos limitar a participação da Huawei em sua rede 5G (Boadle, 2020). Reforçando esse ponto, também há uma menção direta ao Brasil na página oficial do Departamento de Estado dos Estados Unidos, colocando o Brasil como o 50º país a apoiar os princípios da *Clean Network* (US Department of State, 2020).

Contudo, uma nota do Ministério das Comunicações, em resposta às especulações sobre um possível banimento da empresa chinesa, marcam alguns pontos importantes:

Esse é um tema de Estado, de segurança de dados. A decisão sobre os fornecedores de equipamentos de telecomunicações perpassa diversos órgãos de governo para além do Ministério das Comunicações, como o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), o Ministério da Defesa, o Ministério da Economia e o Ministério das Relações Exteriores. Por se tratar de segurança nacional, envolve também todos os presidentes dos países envolvidos com esse tema [...] (InfoMoney, 2020, *on-line*).

Percebe-se como a nota coloca a decisão a respeito do 5G como uma decisão de Estado, envolvendo vários setores do governo e não apenas o círculo íntimo do presidente, o que inevitavelmente evidencia discordâncias entre os diferentes grupos de interesse dentro e fora do governo, sobretudo em um tema sensível e controverso como a proibição de equipamentos de empresas chinesas na rede 5G brasileira. Mesmo ministros relativamente próximos a Bolsonaro, como o vice-presidente Hamilton Mourão e o Ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, expressaram abertamente o desejo por uma competição aberta e justa para a construção da nova geração de internet móvel do país (InfoMoney, 2020).



Assim como outras promessas do governo Bolsonaro, como a transferência da embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém (Fernandes, 2020), e a não compra da vacina CoronaVac produzida pela chinesa SinoVac (Poder360, 2021), a proibição da Huawei e ZTE já dava indícios, no começo de 2021, de que ficariam limitados apenas ao discurso presidencial, após fontes do Palácio do Planalto citarem custos elevados na troca de equipamentos já em operação, além da saída de Donald Trump da Casa Branca (Monteiro; Rosa; Warth, 2021; Forbes, 2021), ocorrida no dia 20/01/2021<sup>2</sup>, o que parece ter desincentivado o governo brasileiro a perseguir os planos de proibição da Huawei.

Porém, mesmo com a troca de presidentes na Casa Branca, a pressão americana teve continuidade sobre o Brasil, porém não na mesma intensidade. Durante uma visita ao Brasil, na primeira semana de agosto de 2021, o Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Jake Sullivan, expressou preocupação com os equipamentos da empresa chinesa nas redes de dados móveis brasileira (Mason; Martina, 2021). Além de Sullivan, Juan Gonzalez, Diretor do Conselho de Segurança Nacional para o Hemisfério Ocidental, dos Estados Unidos, também demonstrou preocupação semelhante, afirmando que a Huawei estava com dificuldades na produção de chips após sanções americanas, mas negou que os Estados Unidos teriam colocado como condição a proibição da Huawei para o Brasil se tornar um parceiro global OTAN<sup>3</sup> (Mason; Martina, 2021).

Gonzalez também afirmou a jornalistas, em uma ligação, que, nessa mesma visita, oficiais dos Estados Unidos pressionaram Bolsonaro a não mais questionar o sistema de votação brasileiro, como forma de minar a confiança nas eleições do país, reafirmando a segurança dos Estados Unidos na habilidade do Brasil de realizar eleições livres e justas (Mason; Martina, 2021). Este, somando-se a outras rugas com o governo americano de Joe Biden, pode ter sido mais um fator de desestímulo a uma eventual proibição à Huawei pelo governo brasileiro. Contudo, vale lembrar que, em agosto de 2021, apesar de a minuta final do leilão ainda não ter sido publicada, as regras para o leilão dos espectros do 5G já haviam sido publicadas pela Anatel

---

<sup>2</sup> A data de 20/01/2021 representa o dia da saída de Trump da Casa Branca, marcando o fim definitivo de seu governo. Porém, a derrota de Trump nas eleições de 2020 já havia sido declarada em 07/11/2020.

<sup>3</sup> Parceiros globais OTAN não são membros efetivos da aliança, devido à restrição do artigo 10 da aliança, que proíbe a adesão de membros que não estejam geograficamente na Europa. Apesar de não serem membros efetivos, países parceiros cooperam com a aliança militar de forma regular, podendo se utilizar de canais de diálogo e comunicação restritos apenas a membros, participar em eventos educacionais e consultoria, participar de exercícios e treinamento militar, contribuir para operações lideradas pela OTAN, formar *join-ventures* para pesquisas científicas junto a membros da aliança e aumentar os esforços de controle e destruição de armas (North Atlantic Treaty Organization, 2024).

em fevereiro de 2021, não contendo nenhuma proibição aparente à Huawei (Boadle; Paraguassu, 2021).

Por sua vez, a China não se manteve inerte às pressões americanas feitas ao Brasil, tendo possivelmente se utilizado dos insumos para fabricação de vacinas de COVID-19, dos quais o Brasil é dependente, além da forte relação econômica para pressionar o Brasil pelo não banimento da Huawei. A pressão chinesa ao Brasil não seria inédita, visto a mudança na política externa chinesa em fins da década de 1990 para uma postura mais assertiva e expansiva, que ficou conhecida como a política do “Going out”, com tal processo se intensificando em 2013 com a subida ao poder de Xi Jinping e o lançamento do programa *Belt and Road Initiative*<sup>4</sup> (Li, 2023). Alguns analistas, como Jude Blanchette, colocam que a assertividade diplomática chinesa teve início após a crise financeira de 2008, com a pandemia de COVID-19 intensificando esse processo em uma “versão 2.0” (Hille, 2020).

Essa política externa mais assertiva pode ser observada no dia 21/04/2020, em um embate entre o então deputado Eduardo Bolsonaro e o cônsul chinês no Rio de Janeiro, Li Yang, quando o deputado se referiu ao coronavírus como “vírus chinês”, recebendo uma resposta do cônsul que o questionou se ele havia sofrido lavagem cerebral pelos Estados Unidos, além de afirmar que “Se algum país insistir em ser inimigo da China, seremos o inimigo mais sofisticado!” (Stuenkel, 2020). Como destacado por Stuenkel (2020):

Até pouco tempo atrás, seria impensável que um enviado do governo chinês publicasse tal ataque contra um oficial eleito no Brasil. As entrevistas nos jornais com diplomatas chineses são tradicionalmente formais e não geram praticamente nenhuma visibilidade, exatamente o oposto da bomba de Li, que circulou amplamente (Stuenkel, 2020, *on-line*).

A partir desse episódio, a China parece ter tido um ponto de virada nas relações com o governo Bolsonaro, ao mesmo tempo que expôs as rachaduras internas do governo brasileiro da época. Isso porque, no dia 7 de abril de 2020, a conta oficial do Twitter da embaixada da China no Brasil tornou pública uma reunião ocorrida entre o então Ministro da Saúde, Luís Henrique Mandetta, e o embaixador Yang Wanming, na qual debateram meios para fortalecer a cooperação Brasil-China no combate à pandemia (Embaixada da China no Brasil, 2020). Tal movimento da embaixada chinesa foi claramente uma forma de escantear Bolsonaro, uma vez

---

<sup>4</sup> A iniciativa “*Belt and Road Initiative*” é uma ambiciosa estratégia para expandir a influência chinesa no mundo e promover o desenvolvimento econômico, envolvendo investimentos massivos em infraestrutura, como construção de rodovias, ferrovias, portos, dutos para o transporte de commodities conectando a China e países na Ásia, América Latina, África e Oriente Médio (Li, 2023).

que Mandetta à época era um dos adversários mais vocais de Bolsonaro no que se refere à forma de combate à pandemia, tendo sido exonerado do cargo 10 dias depois (Stuenkel, 2020).

Desde o episódio envolvendo Eduardo Bolsonaro e a mudança de postura dos oficiais chineses, fica claro que Pequim possuía meios para pressionar o governo Bolsonaro através dos diferentes grupos que compõe seu governo (Stuenkel, 2020), especialmente quando interesses econômicos estão envolvidos. Esse parece ter sido o caso em relação à participação da Huawei na rede 5G brasileira, com fortes indícios de que a China se utilizou da dependência brasileira dos insumos chineses para produção de vacina como forma de pressão ao Brasil pelo não banimento da empresa chinesa (Li, 2023). Tendo como base a linha do tempo construída por Li (2023), mas não se limitando a ela, é importante que sejam destacadas as datas das declarações e acontecimentos dos acontecimentos descritos a seguir.

Isso porque, em 21/12/2020, a Anvisa certificou os padrões de produção das vacinas da Sinovac, ainda não autorizando o uso das vacinas de fato, apenas a qualidade de seu padrão de produção (Simões, 2020), mas que na prática indicava que a CoronaVac seria uma das vacinas a serem utilizadas para o combate da pandemia no Brasil (Li, 2023). Até então, o governo Bolsonaro dava indícios de que optaria por um alinhamento com os Estados Unidos, tendo declarado apoio ao projeto da *Clean Network* (Boadle, 2020), além da informação de Paraguassu (2020), de 8 de dezembro de 2020, de que uma medida legal para restringir a participação da Huawei estaria sendo estudada pelo governo Bolsonaro. Isso porque não seria possível apenas proibir a empresa chinesa de fornecer equipamentos às empresas brasileiras sem uma justificativa plausível, com o governo antecipando uma judicialização do processo por parte das empresas de telecomunicações, caso a proibição se confirmasse (Paraguassu, 2020).

No dia 15/01/2021, o então presidente Bolsonaro e vários ministros do alto escalão do governo, incluindo os ministros da Saúde e da Defesa, tiveram uma reunião a portas fechadas, indicando que um assunto importante relacionado à segurança e saúde seria tratado (Li, 2023). No dia seguinte a essa reunião, fontes do Palácio do Planalto e do setor de telecomunicações informaram que o governo não deveria proibir o uso de equipamentos da Huawei na infraestrutura brasileira, devido ao alto custo de substituição dos equipamentos, além da saída de Trump da Casa Branca (Monteiro; Rosa; Warth, 2021), indicando para uma mudança de postura do governo em relação à Huawei (Li, 2023).

Destacando a importância da China para o Brasil no que se refere às vacinas, poucos dias depois dos rumores de que não haveria proibição da Huawei, mais especificamente

20/01/2021, a conta oficial da Embaixada da China no Brasil fez uma publicação informando que o embaixador Yang Wanming se encontrou com o então Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, para tratar da cooperação referente aos imunizantes entre os dois países (Embaixada da China no Brasil, 2021). Dois dias antes desse pedido, o Instituto Butantan havia solicitado agilidade à China na liberação dos insumos para produção das doses da CoronaVac (Brito, 2021).

Cinco dias depois da reunião de Pazuello com Wanming, o embaixador chinês enviou uma carta a Pazuello, informando que os insumos para produção de vacinas poderiam ser enviados ao Brasil nos próximos dias, pois os órgãos competentes da China autorizaram seu envio (Junqueira, 2021a). Menos de uma semana após a carta de Wanming confirmando a disponibilidade de envio dos insumos ao Brasil, o governo brasileiro publicou uma portaria no Diário Oficial da União com as diretrizes do leilão, em que não havia qualquer restrição ao uso de equipamentos da Huawei na rede 5G brasileira (Junqueira, 2021b).

No que aparentou ser mais uma sinalização à China por parte do governo brasileiro, no dia 11/02/2021, o Ministro das Comunicações, Fábio Faria, viajou para a China, onde visitou a sede da Huawei em Shenzhen, bem como seu centro de segurança cibernética em Dongguan (Ninio, 2021). A sinalização pela cooperação tecnológica não se deu apenas da parte brasileira, pois a visita da delegação brasileira recebeu dispensa da quarentena, sendo mantida mesmo após um teste de Covid de um dos pilotos ter dado positivo em uma das escalas, denotando a importância dessa visita para a China (Ninio, 2021), que, à época, tinha uma política de tolerância zero à Covid.

Algumas semanas depois das sinalizações entre China e Brasil, a Anatel publicou, no dia 25/02/2021, as regras para o leilão da rede 5G sem nenhuma restrição evidente quanto a Huawei atuar como fornecedora de *hardware* às empresas de telefonia brasileiras, faltando apenas a análise e aprovação por parte do Tribunal de Contas da União para que a minuta final do leilão fosse publicada (Boadle; Paraguassu, 2021). Apenas três dias após a divulgação das regras pela Anatel, os insumos da CoronaVac estavam no aeroporto de Pequim prontos para serem enviados (G1, 2021), chegando ao Brasil na noite do dia 04/03/2021, transportando insumos suficientes para a produção de 8,6 milhões de doses da CoronaVac (CNN, 2021).

Ao se observar as datas dos acontecimentos descritos, pode-se dizer que há fortes indícios de que a China intencionalmente utilizou as entregas dos insumos para a CoronaVac como forma de influenciar a política brasileira, e o governo Bolsonaro pela não proibição da

Huawei na rede de dados móveis brasileira (Li, 2023). Tais indícios são reforçados pela declaração de Dimas Tadeu Covas, diretor do instituto Butantan, de que a fala de Bolsonaro, sugerindo que o coronavírus seria uma arma biológica chinesa, dificultou a entrega de insumos das vacinas por parte das autoridades chinesas, resultando em uma menor quantidade entregue (Reuters, 2021). Além das falas de Bolsonaro, Berg (2021) também entende que o embate entre Eduardo Bolsonaro e o embaixador Yang Wanming fez Pequim atrasar a entrega de vacinas ao Brasil.

Tal influência da China sobre a política brasileira é possível devido ao sistema político brasileiro e suas peculiaridades, e pelos diferentes grupos que formaram a base do governo Bolsonaro, que, como veremos no capítulo seguinte, possuíam interesses muito diversos e em muitos casos divergentes, o que aparenta ter causado um racha interno quanto a como o Brasil deveria se portar frente a essa disputa pelo domínio do 5G entre China e Estados Unidos.

#### **4. Estrutura analítica de Margaret G. Hermann e os grupos de interesse na política externa de Bolsonaro – O processo decisório e seus resultados**

Como posto por Gonçalves e Teixeira (2020, p. 2): “A formulação da política externa de um Estado representa a síntese dos diferentes interesses – heterogêneos e até mesmo contraditórios – que compõem o tecido social”. De acordo com Hermann (2001), a análise de como governos, partidos e governantes elaboram política externa sugere que a autoridade para sua implementação é exercida por uma variedade de entidades distintas e diversas. Considerando esses pontos, e identificando interesses claramente divergentes entre os vários atores da política e do governo Bolsonaro, é importante que seja feita uma breve apresentação do sistema político brasileiro, além da identificação e diferenciação dos principais grupos de influência na tomada de decisões da política externa de Bolsonaro, para melhor compreender as forças envolvidas que influenciaram a construção do edital, bem como foi possível que houvesse a pressão de diferentes grupos e atores durante esse processo.

Além disso, será feita uma breve apresentação do método de análise do processo decisório proposto por Hermann (2001), para melhor compreendermos como se deu o processo decisório do caso do 5G analisado neste trabalho. Entendemos que o método de Hermann é adequado para essa análise, pois a própria autora declara que a intenção dessa estrutura de análise é permitir sua aplicação por pesquisadores para melhor compreender como as decisões de governo são tomadas nos mais diferentes países e sistemas políticos (Hermann, 2001).

O sistema político brasileiro é uma república democrática representativa presidencialista federal, influenciando a elaboração da política externa de diversas formas, com seus três ramos de divisão de poderes tendo algum grau de influência sobre esse processo (Li, 2023). O Presidente, do executivo, tem o poder de apontar o ministro das relações exteriores, responsável por formular e executar a política externa, coordenando as relações com outras entidades e atores do sistema internacional, ao passo que o legislativo também tem dever constitucional de aceitar ou recusar acordos negociados pelo poder executivo (Li, 2023).

O judiciário não fica de fora, com o Supremo Tribunal Federal tendo o dever de interpretar a constituição e exercer controle de constitucionalidade dos atos do executivo e legislativo (Li, 2023), com isso significando que a corte tem a competência de anular tratados internacionais que não estejam de acordo com a Constituição Federal de 1988 (Hirst; Maciel, 2022). Para além das competências de cada um dos poderes, outra característica que merece atenção é a necessidade de o poder executivo organizar coalizões com partidos no legislativo e

grupos da sociedade para governar (Abranches, 1988). Nas palavras do professor Sérgio Abranches (1988):

[...] é um sistema caracterizado pela instabilidade, de alto risco e cuja sustentação baseia-se, quase exclusivamente, no desempenho corrente do governo e na sua disposição de respeitar estritamente os pontos ideológicos ou programáticos considerados inegociáveis, os quais nem sempre são explicita e coerentemente fixados na fase de formação da coalizão (Abranches, 1988, p. 27).

No presidencialismo de coalizão brasileiro, por mais paradoxal que soe, o presidente acaba sempre sendo forçado a formar coalizões para que possa governar, mesmo quando seu partido é majoritário (Limongi, 2006). Olhando especificamente para o governo Bolsonaro, identifica-se uma estrutura de decisão bastante centralizada na mão do próprio presidente, com vários indivíduos extremamente leais a ele sendo apontados para cargos-chave no governo, contornando processos tradicionais de implementação política (Li, 2023). Sendo as decisões tomadas por esse pequeno grupo leal ao presidente, discordâncias internas do grupo tendem a chamar bastante atenção, com a participação da Huawei na rede 5G sendo um dos casos em que houve divergências bastante evidentes dentro desse núcleo decisório do governo Bolsonaro.

As contribuições de Abranches e Limongi dão base para compreender a frágil dinâmica de formação do governo Bolsonaro, que, como descrito por Li (2023), foi marcada por uma “coalizão negativa”, uma vez que se elegeu utilizando a forte onda do antipetismo que marcou as eleições de 2018. Sendo a derrota do Partido dos Trabalhadores o fator em comum que unia essa coalizão, uma vez no poder, o interesse comum se enfraqueceu, fazendo as rachaduras e divergências internas surgirem em pouco tempo de governo. Tal dinâmica parece ter se estendido para a política externa do governo, incluindo o caso do 5G. Sendo assim, é necessário um olhar mais detalhado para cada um desses grupos.

Após uma breve descrição das características do sistema político brasileiro, é necessário que seja apresentada, de forma breve e resumida, a estrutura de análise de Margaret G. Hermann (2001). Esse arcabouço de análise identifica três principais unidades de decisão nas mais variadas entidades políticas analisadas: o líder predominante, o grupo singular e a coalizão de atores autônomos, com inúmeros fatores domésticos e internacionais que podem influenciar seus comportamentos de política externa, sendo esses necessariamente canalizados através do aparato político de governo, que identifica, decide e implementa as decisões de política externa (Hermann, 2001). Além da identificação das unidades de decisão em cada um dos casos, o modelo de Hermann (2001) entende que a dinâmica dos processos decisórios não tem um impacto direto e singular na política externa, podendo, na verdade, produzir resultados variados

em cada caso, como um impasse, um comprometimento ou a dominância completa de um indivíduo ou grupo, sendo necessário, como veremos mais a diante, levar em conta o “puxa e empurra” da dinâmica de cada caso.

A primeira etapa da estrutura de análise proposta por Hermann são os estímulos do ambiente doméstico e internacional ao qual as unidades de decisão devem responder (Hermann, 2001), os quais nesse caso, se tratam da disputa internacional entre China e Estados Unidos pelo domínio do 5G, e os diferentes interesses dos grupos internos no Brasil. Nas palavras de Hermann (2001):

Tomadores de decisão têm metas e objetivos que acreditam serem importantes e que querem atingir durante sua administração; agendas de política externa são formadas em torno desses objetivos. Mas geralmente, conforme são tomadas ações em direção a tais metas e objetivos, eles encontram problemas no ambiente doméstico e internacional que desafiam o que pretendem fazer [...]. Como resultado, governos tomam ações quando tomadores de decisão percebem um problema na política externa que acreditam que podem ou precisam influenciar. Decisões são buscadas para lidar com problemas. Por problema entende-se uma discrepância percebida entre as condições atuais e o que é desejado (Hermann, 2001, p. 53).

Por definição, fica implícito que problemas são subjetivos, dependendo da percepção de cada tomador de decisão a identificação dos problemas, podendo, em um mesmo cenário, serem identificados problemas diferentes ou mesmo a ausência de problemas por diferentes tomadores de decisão (Hermann, 2001). Tais problemas podem apresentar oportunidades ou dificuldades, dependendo da percepção e objetivos de cada tomador de decisão, sendo reconhecidos quando há a percepção de que algo está errado, sendo necessário uma ação para atingir um objetivo que resulte em maiores ganhos (Hermann, 2001). Dessa forma, declarações por representantes de uma administração sobre uma dificuldade ou oportunidade em potencial indicam o reconhecimento de um problema, ou seja, o gatilho inicial para que se inicie uma tomada de decisão a respeito desse problema percebido.

Identificado o problema pelos diferentes tomadores de decisão, é iniciada uma nova etapa do processo, chamada por Hermann de “Ocasão para decisão”, na qual serão analisadas as possibilidades de ações políticas a serem tomadas frente ao problema percebido (Hermann, 2001). Normalmente, essa etapa pode ser identificada através de informações e relatórios de que tomadores de decisão estão buscando meios e opções para lidar com o problema, o que inclui também a inação (Hermann, 2001). Além disso, desentendimento entre os tomadores de decisão sobre a definição de um problema ou as alternativas viáveis a serem adotadas também são indicativos de que se está diante de uma ocasião para decisão (Hermann, 2001).



Sempre que as condições que formam a base para que ocorra uma ocasião para decisão muda, uma nova ocasião é formada, abrindo a possibilidade de novos atores participarem, com tais condições podendo ser alteradas por uma enorme variedade de razões, como, por exemplo o surgimento de uma nova informação que provoque a reinterpretação do problema, ou a percepção de um tomador de decisão de que não será possível realizar a ação desejada para atingir seus objetivos iniciais (Hermann, 2001). A observação dessas mudanças é importante, pois as ocasiões para decisões têm uma função similar a de um único quadro de um longo filme composto por milhares de quadros, permitindo assim, ao se analisar as várias ocasiões para decisão, observar ideias e posições em diferentes momentos de todo o processo no qual os tomadores de decisão lidam com o problema (Hermann, 2001).

Analisando esses vários momentos, é possível identificar os diferentes grupos ou indivíduos envolvidos no processo, o que permite a classificação em três tipos possíveis de unidades de decisão que participam e influenciam o processo de tomada de decisão, sendo que a dominância de cada unidade de decisão é favorecida por diferentes condições (Hermann, 2001). As unidades de decisão, são: líder predominante, quando um único indivíduo é capaz de tomar a decisão por conta própria, suprimindo qualquer posição contrária; grupo único, em que vários indivíduos integrantes de um mesmo grupo decidem qual ação tomar em consulta interna ao grupo; coalização de atores autônomos, quando uma série de indivíduos, grupos ou representantes de instituições são capazes de decidir por uma ação a ser tomada, mas nenhum deles, de forma individual, é capaz de impor tais ações aos demais (Hermann, 2001).

Cada uma dessas três unidades de decisão é única e exclusiva de cada caso, ou seja, há apenas uma unidade dominante com força suficiente para executar o curso de ação por ela desejado (Hermann, 2001). Após uma das unidades se sobressair, Hermann identifica seis possíveis resultados da dinâmica entre as unidades, sendo eles: prevalecimento da posição de um grupo, quando as ações almejadas de um único grupo são aceitas e implementadas; concordância, quando as ações implementadas eram de desejo de mais de um ator; compromisso mútuo, quando todos os atores na decisão abdicam de parte de suas preferências como forma de ter parte de seus interesses atendidos; compromisso desequilibrado, quando a vontade de um dos atores se sobressai, mas este realiza uma pequena concessão aos demais; impasse, quando os atores envolvidos “concordam em discordar”; e ação simbólica fragmentada, quando se chega a um impasse, porém o desacordo entre as partes faz com que cada ator tente implementar seus interesses por conta própria, porém, sem uma capacidade de mobilizar os recursos de forma efetiva (Hermann, 2001).

Feita essa breve apresentação do arcabouço de Hermann, é necessário se voltar novamente para o caso aqui analisado. Observando os atores com capacidade de influenciar a política externa do governo Bolsonaro, ficam evidentes as diferentes percepções em relação ao problema da disputa entre China e Estados Unidos pela dominância do 5G, bem como as ações a serem adotadas para enfrentá-lo, sendo assim necessária a identificação e classificação desses atores e suas percepções.

Spektor (2018) identifica, no início do governo Bolsonaro, três grupos que exerciam influência significativa sobre o pensamento internacional do novo governo: o círculo íntimo do presidente, os militares com cargos oficiais no executivo e a equipe do Ministério da Economia. O círculo mais íntimo do presidente seria composto por seu filho, Eduardo Bolsonaro, e Felipe Martins, assessor internacional do PSL, além de Ernesto Araújo, ministro das relações exteriores, nome apontado ao cargo por Bolsonaro por sugestão de Eduardo e Martins (Spektor, 2018). A característica distintiva desse grupo é a convicção de que a maior ameaça aos interesses brasileiros no mundo viria da derrocada do Ocidente, através da ascensão de potências iliberais, como China e Rússia, sendo esse conjunto de crenças baseados nas interpretações do sistema internacional por membros da campanha de Donald Trump, como Steven Bannon (Spektor, 2018).

No Brasil, essas ideias foram expressas pelos escritos de Olavo de Carvalho, que influenciaram o pensamento de Felipe Martins e Ernesto Araújo, com destaque para o artigo de Araújo “Trump e o Ocidente”, em que defende um alinhamento inequívoco do Brasil com o Ocidente liderado pelos Estados Unidos, retomando a importância da religiosidade em comum entre ambos os países, e de “batalhas culturais” para a política internacional (Spektor, 2018). Ernesto foi figura-chave na mudança da política externa brasileira, que antes buscava boas relações regionais, dando prioridade, durante sua gestão, ao fortalecimento das relações com os Estados Unidos (Saraiva, 2022).

Araújo tem sido descrito como um ideólogo, com foco na promoção de valores conservadores e uma agenda de política externa pró-Estados Unidos. Ele foi fundamental na formulação da política externa brasileira sob Bolsonaro, incluindo a decisão de mover a embaixada brasileira em Israel para Jerusalém, um movimento que foi visto como controverso e atraiu críticas de vários países da região (Li, 2023, p. 34).

Já o grupo dos militares seria composto pelos responsáveis por parte da estratégia de campanha e formação do governo Bolsonaro, no caso, o vice-presidente Hamilton Mourão e o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno (Spektor, 2018). Após a eleição, ambos passaram a expressar opiniões próprias que frequentemente se chocavam com

as do círculo íntimo do presidente, algo que não surpreende visto que, do ponto de vista intelectual e normativo, os militares tendem a beber da geopolítica brasileira e sua evolução dos últimos 70 anos (Spektor, 2018).

Esse grupo possui uma visão do sistema internacional que é essencialmente competitiva e se ressentida da falta de recursos de poder militar do Brasil. Seu foco está na disputa por poder, prestígio e influência diante de um mundo que, instável, pode ser hostil. O tom, no entanto, não é o de guerras culturais ou choques de civilizações, mas de manobras diplomáticas cujo objetivo último tem de ser o aumento de capacidade brasileira de obter e desenvolver recursos de poder que permitam a sua defesa num cenário de rapinagem estrangeira contra os vastos recursos naturais que são marcas distintivas da posição do Brasil no sistema internacional (Spektor, 2018, p. 333).

O terceiro grupo, composto pela equipe do ministério da economia, com a figura predominante de Paulo Guedes, tem como principal pauta da agenda externa um programa de privatizações e concessões, reorientação do uso do BNDES como instrumento de política externa, além de uma abertura comercial objetivando aumentar a participação comercial brasileira nos fluxos internacionais, mostrando que a matriz intelectual do grupo é claramente liberal (Spektor, 2018). Spektor (2018), ao abordar esses três principais grupos que influenciam o pensamento internacional do governo, entende que, devido aos perfis e pautas fundamentalmente opostas, seria muito difícil para Bolsonaro conciliar os interesses desses grupos em relação à política externa brasileira.

De fato, os conflitos internos não demoraram a surgir, com a participação da Huawei na rede 5G brasileira sendo um dos tópicos de maior disputa no governo. Dentro do grupo dos militares, por exemplo, Mourão, defendeu abertamente a ampla e livre concorrência de empresas chinesas no mercado 5G caso a empresa se enquadre nos padrões de segurança exigidos (Forbes, 2021), pelas necessidades de integração brasileira, e também pelo fato dos equipamentos da Huawei estarem presentes em grande parte das redes das gerações anteriores, como o 3G e 4G (Becard; Macedo, 2014) fazendo com que uma eventual troca gerasse custos elevados às operadoras de telefonia (Exame, 2021). Poucas horas depois, o presidente Bolsonaro e o ministro Fabio Faria escantearam Mourão, dando a entender que a decisão seria tomada entre o presidente e o Ministério das Comunicações (InfoMoney, 2021), sem considerar a opinião do vice-presidente, reforçando as divergências internas do governo.

Já Augusto Heleno, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, que apesar de não falar abertamente contra a Huawei também não nutria uma relação de simpatia pela empresa chinesa (Queiroz, 2021), indicava para uma tendência de oposição à participação da empresa na rede 5G brasileira, em parte pela forte tradição histórica de proximidade entre

militares brasileiros e americanos. A informação de Paraguassu (2020), de que Heleno e Bolsonaro buscaram alternativas legais para proibir a Huawei em 2020, antecipando uma eventual judicialização do leilão por parte das empresas de telecomunicações, reforça essa tese.

Além dos grupos identificados por Spektor, Saraiva e Silva (2019) dividem em dois grupos principais os atores que influenciam a política externa de Bolsonaro, um caracterizado por um maior pragmatismo e outro pela ideologia. O grupo ideológico pode ser subdividido nos chamados olavistas, esses diretamente influenciados pelos escritos de Olavo de Carvalho, além de grupos neopentecostais simpáticos à transferência da embaixada de Tel Aviv para Jerusalém (Saraiva; Silva, 2019). Fazendo um paralelo entre os autores, podemos dizer que os olavistas, para Saraiva e Silva, seriam equivalentes ao círculo íntimo do presidente apresentado por Spektor, tendo como figuras mais proeminentes Ernesto Araújo, Eduardo Bolsonaro e Felipe Martins.

Já no caso do grupo pragmático, este é composto e se divide nos subgrupos dos militares, representado pelo vice-presidente Hamilton Mourão, e do agronegócio, que teria perdas econômicas consideráveis com os avanços de pautas ideológicas, como a mudança da embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém mencionada anteriormente (Saraiva; Silva, 2019), além da elevação dos custos de investimentos produtivos agrícolas resultantes de uma eventual proibição da Huawei. A principal forma de disputa interna desses grupos se deu através do controle de órgãos reguladores e disputa por cargos no governo federal (Saraiva; Silva, 2019), com o Ministério das Comunicações não ficando de fora dessa dinâmica.

Por “ideológico” entendemos a descrição feita por Pinheiro (2004, p. 64) sobre o americanismo ideológico, no caso, aquele que privilegia fatores de ordem normativa e uma suposta convergência de valores e ideologias entre os dois países. A diferença, no caso do governo Bolsonaro, é que não se trata necessariamente de um americanismo no sentido de alinhamento com o Estado-nação dos Estados Unidos por qualquer motivo que seja, mas sim um alinhamento personalista ao ex-presidente Donald Trump, algo que se confirma se considerarmos a mudança de postura perante os Estados Unidos de Trump e Biden.

No governo do primeiro mandatário, o Brasil fazia concessões unilaterais e sem exigir nenhuma reciprocidade, como quando renunciou ao status de país em desenvolvimento na OMC (Oliveira, 2019), sem nenhuma contrapartida dos Estados Unidos. Outro exemplo foi a dispensa unilateral de visto de cidadãos americanos para entrar no Brasil (Mazui, 2019), e a transferência da Base de Lançadores Espaciais de Alcântara, no Maranhão, para os Estados

Unidos pela assinatura do Acordo de Proteção Tecnológica (Fellet, 2019). Tais medidas não apenas não tiveram uma reciprocidade dos Estados Unidos, como também resultaram em contrapontos negativos ao Brasil. Ao mesmo tempo que Bolsonaro fazia concessões unilaterais, os Estados Unidos impuseram barreias ao aço e alumínio brasileiro no mercado americano (Mendonça; Molina, 2019).

Ao se referirem à política externa de Bolsonaro, Gonçalves e Teixeira (2020, p. 202) argumentam que o Brasil “cede aos Estados Unidos sem expectativa de reciprocidade e mesmo sem que tenha havido qualquer tipo de pressão por parte do vizinho do Norte. Cedemos por antecipação e por escolha”. Já perante o governo de Joe Biden, Bolsonaro adotou uma postura mais hostil desde o início, reconhecendo sua vitória eleitoral mais de um mês após confirmada (Carvalho, 2020). Também chegou a insinuar uma possível confrontação militar entre Brasil e Estados Unidos, após o presidente americano mencionar consequências econômicas potenciais ao Brasil devido à política ambiental de Bolsonaro (Soares; Tomazelli; Behnke, 2020).

As críticas de Biden à política ambiental de Bolsonaro, bem como outros desentendimentos entre os dois presidentes, foram um dos principais fatores a enfraquecer o entusiasmo do governo brasileiro a seguir com as intenções iniciais de proibir a Huawei de fornecer equipamentos para a construção da rede 5G brasileira (Londoño; Casado, 2021), reforçando o caráter ideológico da política externa de Bolsonaro, uma vez que, até o momento, não foi apresentada nenhuma evidência de que a Huawei seria de fato utilizada para espionagem por parte de Pequim.

Podemos alinhar o conceito de Pinheiro à concepção de Gardini sobre política externa ideológica, que a entende como aquela que parte de um mapa cognitivo de doutrinas e princípios, priorizando a compatibilidade de ideias aos princípios defendidos em detrimento das consequências práticas desses mesmos princípios (Gardini, 2011). Já uma política externa pragmática, como colocado por Saraiva e Silva (2019), se baseia na praticidade e utilidade das ideias em que o peso das consequências das ações superam o apego pelos princípios. Feitas essas colocações, descreveremos o posicionamento de atores específicos que se expressaram mais abertamente a respeito da Huawei, classificando-os nos grupos pragmático ou ideológico.

Podemos incluir no grupo pragmático a figura do vice-presidente Hamilton Mourão, que, após uma conversa direta com o presidente da Huawei em uma de suas visitas à China em 2019, defendeu abertamente que o Brasil busque tirar proveito da guerra comercial entre Estados Unidos e China, o que o enquadra na definição de política externa pragmática definida

por Saraiva e Silva. Fica evidente, na fala do vice-presidente, não apenas o reconhecimento de um problema de política externa, sob a perspectiva do arcabouço de Hermann, como também a sugestão de que o Brasil deve se utilizar de tal problema para obter ganhos, já que, para Hermann (2001, p. 53), “Um problema é reconhecido quando tomadores de decisão declaram que algo está errado, precisa de atenção ou apresenta uma oportunidade de ganhos se uma ação for tomada.”

Mourão, em uma entrevista para a revista Valor Econômico, ao ser perguntado sobre a possibilidade de uma limitação da Huawei, respondeu:

Não, não. Aqui não. No nosso governo não tem. O presidente não falou isso pra mim em nenhum momento. Nós somos um país que precisa, somos um país muito pouco integrado digitalmente. Você sai daqui de Brasília, anda 50 km na estrada e não fala mais no telefone. Temos um marco de telecomunicações que é da década de 1990. Ele não atende mais. As operadoras têm que expandir a rede, mas elas são obrigadas a investir em telefonia fixa, orelhão. Tem que mudar o marco (Araújo; Rittner; Murakawa, 2019, *on-line*).

Nota-se como Mourão se mostra pragmático quanto à realidade do domínio da tecnologia 5G no mundo. Ao ser questionado sobre a disputa entre China e Estados Unidos se tratar também de uma disputa tecnológica, Mourão respondeu: “Você olha o 5G. As quatro empresas que detêm a tecnologia são duas chinesas e duas finlandesas. Cadê a americana?” (Araújo; Rittner; Murakawa, 2019, p. 9). Apesar do erro a respeito de duas das empresas não chinesas serem finlandesas, se tratando na verdade de uma sueca e outra finlandesa (Ericsson e Nokia respectivamente), de fato, as empresas líderes no setor de fornecimento de equipamentos 5G para empresas de telefonia móvel são as chinesas Huawei e ZTE (Exame, 2018), que oferecem *hardware* a preços mais competitivos se comparados às concorrentes.

Outra figura que se mostrou um representante da ala pragmática foi o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, que autorizou a criação de um grupo especial de trabalho para acompanhar a implementação do 5G no país, algo que já vinha sendo solicitado por parlamentares do legislativo pelo temor de interferência do executivo na participação da Huawei (Sgarioni, 2020). Em outros momentos, Maia se mostrou novamente um representante da ala pragmática, como, por exemplo, quando veio a público defender a importância da preservação da Amazônia para evitar prejuízos ao agronegócio (Ribeiro, 2019), além da anulação da moção de repúdio emitida pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos

Deputados<sup>5</sup> (presidida por Eduardo Bolsonaro) sobre o risco de danos diplomáticos com o vizinho argentino (Macedo, 2019).

A descrição de Li (2023) reforça o argumento de que Rodrigo Maia, como presidente da Câmara dos Deputados, se mostrou um importante ator do grupo pragmático como forma de contrabalançar os interesses dos grupos ideológicos:

Em termos institucionais, o Congresso brasileiro desempenhou um papel importante na definição da política externa sob Bolsonaro. Embora o presidente tenha poderes significativos nesta área, ainda deve navegar na complexa rede de comitês e alianças do Congresso para aprovar legislação relacionada com a política externa. Isto tem sido particularmente desafiador para Bolsonaro, que tem enfrentado críticas tanto da esquerda quanto da direita por suas decisões de política externa (Li, 2023, p. 34).

Tereza Cristina, ministra da agricultura de Bolsonaro, também pode ser classificada como pragmática por não aderir ao discurso anti-China, como outros ministros, colocando no cálculo possíveis represálias do país asiático ao Brasil. Seu posicionamento é coerente, visto que setores por ela representado, como o agronegócio, se beneficiam muito com a ascensão e crescimento da China (Abrão; Santos; Sousa, 2021). A própria ministra já alertou seus colegas em várias ocasiões sobre os efeitos catastróficos que um boicote chinês causaria ao setor (Zaia; Rittner, 2020).

Apesar da Ministra da Agricultura não se pronunciar diretamente a respeito da Huawei, como representante do agronegócio, a tendência é de um posicionamento favorável ao uso de equipamentos da empresa chinesa na rede 5G brasileira. Sendo o agronegócio brasileiro extremamente dependente da China, com todos os seus interessados do agronegócio tentando agradar o parceiro asiático, é seguro afirmar que a participação da Huawei na rede 5G brasileira é benéfica ao agronegócio (Li, 2023), não apenas por conta da conectividade por valores competitivos que é capaz de proporcionar no campo, mas também pela aproximação com a China, atualmente a maior importadora de produtos agrícolas brasileiros.

Outro ator importante nesse processo são as empresas de telecomunicação que vão operar as faixas leiloadas da rede 5G. Desde que rumores surgiram de uma possível proibição do uso de equipamentos chineses, executivos e fontes do setor das telecomunicações têm demonstrado preocupação com uma eventual sanção das empresas chinesas devido aos graves impactos econômicos que isso traria, desde aumento dos custos de instalação da nova

---

<sup>5</sup> A moção de repúdio anulada por Rodrigo Maia foi aprovada por votação simbólica na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional no dia 06/11/2019, após o recém-eleito presidente argentino Alberto Fernández pedir a soltura do Luiz Inácio Lula da Silva que estava preso em Curitiba. A Comissão considerou a declaração de Fernández um “desrespeito às decisões das instituições judiciais do Estado brasileiro e quebra de decoro internacional” (Agência Câmara de Notícias, 2019).

infraestrutura, até o surgimento de um monopólio das concorrentes Ericsson e Nokia. Como explica uma fonte do setor das telecomunicações ligadas diretamente ao tema do 5G:

Atualmente, Huawei e Ericsson têm um duopólio no mercado de equipamentos que formam a infraestrutura de telecom no Brasil [...]. Juntas, elas têm mais de 90% do mercado. A saída da Huawei criaria um monopólio, com um grande risco de controle de preços e um aumento nos valores desses equipamentos, o que impactaria as operadoras e, em última instância, os consumidores, já que parte desses custos, sem dúvida, seria repassado aos consumidores (Maciel, 2020, *on-line*).

A posição praticamente unânime das telefônicas fica clara se considerarmos a nota oficial da Conexis Brasil Digital, sindicato nacional das empresas de telefonia e de serviço móvel celular e pessoal, que pede transparência em todo o processo de implementação da nova tecnologia, além da utilização de critérios técnicos para a tomada de decisão, evitando a criação de um ambiente de incertezas que pode afetar o setor e, conseqüentemente, os investimentos e custos de instalação da nova geração da rede de telefonia móvel (Junqueira, 2020).

Além de expressar sua preocupação, as operadoras enviaram representantes para apresentar o panorama do mercado brasileiro e defenderam a continuidade da utilização de equipamentos chineses a representantes do governo, como Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Braga Netto, ministro da Casa Civil, e Ernesto Araújo, ministro das Relações Exteriores (Braga, 2019). Esse esforço de *lobby* das empresas de telefonia, mais uma vez, deixa clara a preocupação das companhias com eventuais restrições de equipamentos chineses na construção da infraestrutura brasileira e seu conseqüente aumento dos custos de investimento e operacionais.

Já no grupo ideológico, podemos incluir o próprio presidente Bolsonaro, que, além de seus discursos extremamente ideológicos se utilizando de teorias conspiratórias em diversos assuntos de sua política externa, também trouxe um posicionamento pouco pragmático à questão do 5G. Segundo a Bloomberg, que cita um alto integrante do governo, desde o início da campanha americana contra a Huawei, o presidente já considerava proibir a Huawei de fornecer *hardware* para a infraestrutura brasileira de 5G por ver a China como ameaça global à privacidade dos dados e à soberania dos países (InfoMoney, 2020). Explicitando ainda mais o caráter ideológico desse posicionamento está o fato de que, como colocado pelo site InfoMoney (2020), o governo minimiza as chances de uma eventual retaliação chinesa, pois o país asiático é bastante dependente do setor agroexportador brasileiro, desconsiderando completamente os impactos que isso traria à economia brasileira.



Outro membro que pode ser classificado como ideológico é o ex-ministro de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, que desde antes de assumir o cargo no governo já escrevia artigos defendendo uma necessidade de retomada de valores ocidentais sob a liderança de Trump, como forma de retomar a identidade ocidental, em um contexto de luta titânica entre a fé e sua ausência (Saraiva; Silva, 2019). Nota-se a elevada ênfase de Araújo nas ideias, algo não à toa visto seu entendimento de que “as ideias, mais do que economia ou poder militar, determinam a estrutura do poder global” (Saraiva; Silva, 2019), evidenciando o caráter fortemente ideológico de seu pensamento.

O ex-chanceler fez declarações que colocaram em dúvida o posicionamento do governo Bolsonaro em relação à Huawei, contrariando diretamente as declarações do vice-presidente após sua visita à China, no dia 19/05/2019, quando afirmou que não havia possibilidade de proibição da Huawei no Brasil devido às necessidades do país em termos de conectividade. Como coloca Sá (2019), Araújo contrasta com a fala de Mourão após sua visita à Huawei na China, afirmando que é necessário verificar os problemas da tecnologia da empresa chinesa e que a decisão final sobre sua participação na rede 5G brasileira é de atribuição do presidente Bolsonaro, mencionando também que a relação entre Brasil e Estados Unidos é “natural” devido aos “valores cristãos”.

Uma figura um pouco mais ambígua, mas que acaba se encaixando no grupo ideológico, é o ministro da economia Paulo Guedes. Apesar de a preferência de Guedes ser por uma competição aberta e ampla entre empresas ocidentais e chinesas, além de também criticar o teor geopolítico que o 5G assumiu, o ministro da economia declarou que, na disputa geopolítica, o Brasil está ao lado dos Estados Unidos (Julião, 2020). Guedes também fez questionamentos conspiratórios, como quando perguntou se a Huawei seria capaz de “desligar os botões”, interrompendo os serviços de comunicação (Julião, 2020), algo completamente infundado visto que a empresa atua apenas como fornecedor de equipamentos e não como operadora de serviços. Nota-se que, mesmo reconhecendo os problemas que a politização da questão traz, o Ministro da Fazenda, indiretamente, incorpora em seu discurso a narrativa de outras figuras ideológicas do governo.

Outro membro do governo que entendemos como parte do grupo mais ideológico, se trata do ministro do Gabinete de Segurança Institucional, o general Augusto Heleno. Da mesma forma que Guedes, e apesar de ser do grupo militar que compõe o governo, Heleno tem uma forte tendência de alinhamento com os Estados Unidos, o que indica um boicote à fabricante chinesa. Porém, apenas a tradição militar não é um indício bom o suficiente para classificá-lo

como tal. O que reforça essa tese é a informação de Paraguassu (2020) de que Heleno e Bolsonaro teriam buscado meios legais para proibir os equipamentos da Huawei no Brasil, uma vez que apenas o ministro não teria competência legal para isso.

Esse ponto ganha mais força se considerarmos a Instrução Normativa nº4, publicada em 26 de março de 2020, pelo Gabinete de Segurança Institucional e assinada por Heleno, que estabelecia os requisitos mínimos de segurança cibernética a serem seguidos não apenas nas redes internas do governo federal, mas também nas públicas de uso comercial operadas pelas empresas de telefonia.

O problema dessa instrução é que, como colocado pela presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, Perpétua Almeida, o GSI estaria extrapolando sua área de atuação e se sobrepondo às competências da Anatel ao estabelecer critérios para as redes públicas comerciais, criando um ambiente de insegurança regulatória e jurídica, podendo elevar os custos de operação das redes (Nobre, 2022). Ao mesmo tempo, esses critérios estabelecidos pelo GSI parecem ter sido publicados em conformidade com a Anatel, vista a declaração de seu presidente, Leonardo de Moraes:

Essa discussão não deve permear esse edital porque não é o fim ou o propósito a que ele se destina. Agora, se isso será discutido depois, num âmbito mais macro, considerando uma estratégia de segurança cibernética, quem tem a competência para falar sobre isso é o Gabinete de Segurança Institucional vinculado à Presidência da República. Esse é um outro assunto. Não é agora o caso de misturar um assunto que tem a ver com tecnologia com um assunto que tem a ver com o direito de exploração de radiofrequência (Gondim, 2020, *on-line*).

Fica claro, pela sua fala, que Moraes assume uma posição de neutralidade ao delegar a responsabilidade de uma eventual limitação das empresas chinesas ao GSI. Na mesma linha, o Ministro das Comunicações, Fábio Faria, fez declarações indicando que não vê motivo para qualquer tipo de proibição às empresas chinesas, com essa disputa geopolítica podendo ser até benéfica às empresas de telefonia (Wiziack, 2021). Contudo, vale aqui lembrar que Faria mudou seu posicionamento em relação a Huawei conforme o decorrer dos acontecimentos, com essa fala sobre se beneficiar da disputa sendo feita apenas em 11/08/2021, quando já havia indícios fortes de que não haveria uma proibição da empresa chinesa.

Em um primeiro momento, o ministro escanteou as falas de Mourão, tomando para si e o então presidente Bolsonaro a decisão de proibir ou não a participação da Huawei na rede 5G (InfoMoney, 2021). Posteriormente, quando viajou à China em fevereiro de 2021, visitando a sede da Huawei, Faria havia adotado um posicionamento não hostil à empresa, chegando mesmo a pedir ajuda ao CEO da Huawei no envio de insumos de vacinas para o Brasil (Ninio,

2021). Percebe-se que houve uma mudança de posicionamento do Ministro das Comunicações, que anteriormente havia se alinhado com Bolsonaro para escantear Mourão, e colocar a decisão por uma eventual proibição entre ele e o presidente, posteriormente adotando um discurso mais ameno em relação à empresa chinesa.

Mas mesmo após a mudança, em uma audiência ao grupo de trabalho relacionado ao 5G da Câmara dos Deputados, o ministro afirma taxativamente que a Huawei não fornecerá equipamentos para a rede privativa do governo por não cumprir os critérios estabelecidos, e não por se tratar de uma empresa chinesa, também negando enfaticamente que tais critérios foram estabelecidos com a intenção de barrar a participação da Huawei na rede privativa do governo federal (Lobo, 2021). Ainda segundo o ministro, esse requisito, que acabou por não permitir a participação da Huawei no fornecimento de equipamentos para a rede privada, em nada afeta a empresa, pois, em sua viagem à China, a Huawei não teria demonstrado interesse em construir a rede governamental (Warth, 2021).

Essa diferença, no caso das redes públicas para a rede privada do governo federal, parece ter sido uma tentativa de agradar a base ideológica do governo, ao mesmo tempo que permitia o uso de *hardware* da Huawei nas redes mais relevantes economicamente, que são as redes públicas (Abrão; Santos; Sousa, 2021). Por esse motivo, é adequado classificar Faria como integrante da ala ideológica do governo, uma vez que seu posicionamento inicial era alinhado ao banimento da Huawei, alterando seu discurso apenas quando já era claro que não seria viável para o Brasil vetar a empresa chinesa de fornecer equipamentos para compor a rede 5G.

Fazendo essa classificação entre grupo ideológico e pragmático dos principais atores que influenciaram a política externa de Bolsonaro, nota-se que o grupo ideológico se mostra mais numeroso dentro do governo, ocupando importantes cargos, como o Gabinete de Segurança Institucional, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério das Comunicações, este último o mais importante no caso do leilão do 5G. Ao mesmo tempo, o grupo pragmático, que apesar de ser menos numeroso, contou com o fator da realidade econômica, que acaba por “naturalmente” favorecê-lo, visto que é consenso, mesmo entre os que advogam pelo banimento da Huawei, que tal medida traria elevados custos à operação da telefonia móvel no país, além das consequências para a economia brasileira em um eventual boicote da China aos produtos brasileiros. Feita essa classificação dos grupos de interesse da política externa de Bolsonaro, é necessário olhar agora para o leilão do 5G e seus resultados práticos.

Primeiramente, é importante destacar que o setor das telecomunicações no Brasil opera através de concessões e autorizações, obtidas pelas empresas de telecomunicações por meio de licitações, desde o ano de 1997, sendo que o modelo de expansão da banda larga, os conhecidos “Dados Móveis”, se baseia na ampliação das redes de gerações anteriores, construídas e financiadas, em grande medida, por recursos públicos (Abrão; Santos; Sousa, 2021). Os leilões das gerações 3G e 4G foram feitos em um contexto de concentração do setor em quatro grupos empresariais (Vivo, Claro, Tim e Oi), cabendo a esses grupos contratarem fornecedores de hardware de acordo com suas necessidades para a implementação das tecnologias nas frequências e nos termos licitados, com a Huawei entrando nessa última categoria (Abrão; Santos; Sousa, 2021).

Dessa forma, qualquer limitação às empresas chinesas por parte do governo brasileiro se daria através da proibição ou de entraves no uso de equipamentos e tecnologia chinesa nas infraestruturas de telecomunicações, construídas pelas empresas brasileiras de telefonia. Posto isso, uma análise da minuta do leilão, realizado em 2021, se mostra oportuna, uma vez que se trata do documento final apresentado pela Anatel, que estabeleceu as regras para a construção e funcionamento da rede 5G brasileira.

Quanto às regras estabelecidas na minuta do leilão, pode-se dizer que não houve entraves explícitos à participação da Huawei ou outras empresas chinesas na rede nacional. Porém, alguns pontos merecem atenção, pois sugerem que houve um tratamento não isonômico de todas as empresas que constituirão a infraestrutura em questão. O primeiro ponto é a exigência de que as empresas vencedoras do leilão na faixa 3,5 GHz, a mais importante para o 5G, adotem o Release 16, um padrão que, segundo especialistas, cria a exigência de que as empresas de telecomunicações construam uma rede desvinculada das anteriores (Abrão; Santos; Sousa, 2021). Na prática, esse requisito impõe a necessidade de uma infraestrutura totalmente nova e independente das redes anteriores, como o 3G e 4G, ainda muito utilizadas como internet móvel, o que pode prejudicar a Huawei, uma vez que não há mais necessidade da nova infraestrutura ser compatível com as anteriores, essas majoritariamente compostas por equipamentos de origem chinesa (Abrão; Santos; Sousa, 2021).

O principal problema dessa abordagem é que ela desconsidera o modelo de evolução das redes móveis utilizadas no Brasil e no mundo, além dos investimentos já realizados pelas telefônicas brasileiras, investimentos esses que foram feitos pensando na evolução gradual da rede 4G para a nova geração, até que essa adquirisse as características técnicas do 5G pleno (Possebon, 2021). Segundo uma fonte de uma das operadoras, essa exigência do *Release 16*

impõe um modelo de negócios que desconsidera o mercado atual, no qual ainda não há grande demanda para o 5G, o que significa também criar um ambiente de imprevisibilidade quanto aos retornos dos altos investimentos exigidos (Possebon, 2021) para construção de uma infraestrutura 5G pura, e sem o modelo de utilização dos equipamentos das gerações anteriores.

Isso significa que, na prática, a exigência desse modelo pode atrasar a implementação e evolução da rede de dados móveis para a próxima geração, uma vez que, sem demanda, também não há incentivos para que as empresas realizem grandes investimentos nessa nova tecnologia. Além disso, é possível que tal padrão funcione como um “incentivo”, mesmo que pequeno, para que as empresas de telecomunicações utilizem equipamentos ocidentais nas redes de nova geração, uma vez que não há necessidade de compatibilidade com as gerações anteriores, com as empresas também podendo optar por não usar *hardware* da Huawei como forma de se proteger de possíveis restrições futuras que exigirão a substituição completa por equipamentos ocidentais.

A hipótese desse movimento se tratar de uma tentativa do governo brasileiro de limitar indiretamente a participação da Huawei se torna mais forte se considerarmos que medidas semelhantes foram utilizadas em países como os Estados Unidos, para, entre outros motivos, evitar que a nova rede 5G tenha a necessidade de se conectar a equipamentos e tecnologias da Huawei, muito presentes nas gerações anteriores das redes de dados móveis (Abrão; Santos; Sousa, 2021).

Um outro item que chama atenção na minuta é a obrigação de construção de uma Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal, que será limitada ao território do Distrito Federal, exigência essa estabelecida pela Portaria nº 1.924 – MCOM/2021, em 29 de janeiro de 2021, sendo um dos requisitos de segurança da rede a utilização de equipamentos projetados, desenvolvidos, fabricados ou fornecidos “por empresas que observem padrões de governança corporativa compatíveis com os exigidos no mercado acionário brasileiro” (Imprensa Nacional, 2021), na prática, exigindo que a empresa seja de capital aberto, o que não é o caso da Huawei.

A exigência pela construção da rede privativa do governo não é um problema, porém, a imposição referente aos equipamentos utilizados pode vir a prejudicar a Huawei, uma vez que suas maiores concorrentes, *Ericsson* e *Nokia*, são empresas que possuem os chamados *Brazilian*

*Depositary Receipts* – BDR<sup>6</sup>, negociados na bolsa brasileira, enquanto a empresa chinesa não (Abrão; Santos; Sousa, 2021). Fica bem claro que, diante desses requisitos, a empresa mais prejudicada foi a Huawei, com isso sendo corroborado pela fala do próprio relator do edital do leilão, Carlos Baigorri:

[...] os requisitos quanto aos equipamentos que deverão ser utilizados na rede segura de governo exigem padrões de transparência e de governança de acordo com o mercado acionário brasileiro. A Huawei não consegue, nesse momento, cumprir esses requisitos. [...] cabe ao Ministério estabelecer e esclarecer esses critérios (Sgarioni, 2021, *on-line*).

Por conta disso, considerando a colocação da deputada Perpétua Almeida, do PCdoB do Acre, Abrão, Santos e Sousa (2021), entendem que a criação dessa rede privativa foi uma forma encontrada pelo governo de contemplar os interesses tanto dos grupos pragmáticos, preocupados com os impactos econômicos de uma limitação da Huawei, quanto os grupos ideológicos, que desejavam uma proibição completa da empresa chinesa por conta do desejo de alinhamento com os Estados Unidos. Algo que reforça essa hipótese é uma entrevista dada a correspondentes estrangeiros, em que o Ministro das Comunicações diz explicitamente que a criação da rede privada para o governo federal “resolveu” os problemas relacionados ao risco de espionagem por parte de alguns setores do governo (Money Times, 2021).

As dificuldades do Brasil em adotar uma postura clara sobre a participação da Huawei em sua rede 5G advém de dois principais fatores: a pressão externa originada da disputa tecnológica entre China e Estados Unidos, e disputas internas resultantes das características da PEB de Bolsonaro, marcada por grupos mais pragmáticos frente à disputa China – Estados Unidos e por outros que defendem a aproximação do Brasil aos Estados Unidos (Abrão; Santos; Sousa, 2021).

Apesar do alinhamento com as colocações gerais de Abrão, Santos e Sousa, a pressão por parte dos Estados Unidos ao Brasil, mesmo tendo sido pública e explícita, não parece ter sido tão contundente se comparada à pressão feita sobre outros aliados mais próximos, como a Alemanha. Em relação ao Brasil, os Estados Unidos se limitaram a afirmar que a assinatura de acordos futuros de segurança e compartilhamento de informações de inteligência não poderiam avançar, ao passo que, no caso alemão, os Estados Unidos não apenas ameaçaram cortar a cooperação entre as agências de inteligência, como também a retirar suas tropas e equipamentos militares das bases do território alemão, algo que seria bastante crítico visto o modelo de

---

<sup>6</sup> BDR, sigla para *Brazilian Depositary Receipts* são certificados representativos de ações de empresas estrangeiras negociados na bolsa brasileira, sendo esse um instrumento ideal para empresas que desejam ter presença no mercado de capitais brasileiro (B3, 2024).

segurança adotado pela Alemanha após a reunificação. No caso brasileiro, também houve a percepção de que, se alinhando à agenda geopolítica americana, os Estados Unidos apoiariam a entrada do Brasil na OCDE (Stuenkel, 2019), porém, isso acabou não acontecendo, com o apoio americano indo para Argentina e Romênia (DW, 2019).

Além disso, a pressão chinesa, que mesmo com a mudança de postura dos diplomatas chineses continua não sendo tão direta e pública como no caso dos Estados Unidos, parece ter tido um grande peso na decisão quanto ao uso de *hardware* da Huawei na rede 5G brasileira. Como apresentado na linha do tempo construída por Li (2023), a liberação dos insumos para produção de vacinas da SinoVac ocorreu poucos dias após uma reunião do alto escalão do governo Bolsonaro e da confirmação de que não haveria um banimento da Huawei nas redes públicas brasileiras. Apesar de não ser possível afirmar de forma contundente que as vacinas foram de fato utilizadas para pressionar o governo brasileiro, a sequência de acontecimentos, associada à grande dependência brasileira do país asiático, tanto para produção das vacinas como mercado exportador, são fortes indícios do ocorrido.

Dessa forma, entende-se que a opção pelo “meio termo” entre uma proibição completa da Huawei e a não interferência na escolha das empresas de fornecimento de hardware para a rede 5G foi um produto principalmente das disputas internas de interesse dos grupos pragmáticos e ideológicos e da pressão chinesa sobre Brasil em um momento de extrema vulnerabilidade e falta de coesão interna, sendo uma forma de atender tanto aos interesses dos grupos pragmáticos quanto à base de apoio ideológica do governo ao eliminar a Huawei da rede privativa do governo de forma indireta, além de criar uma exigência às empresas de telefonia que “incentivou” uma transição para a rede 5G, sem equipamentos da Huawei.

No caso do 5G, os pragmáticos parecem ter se sobressaído, principalmente devido às condições econômicas que viriam a tornar a nova geração de internet móvel praticamente inviável no Brasil, devido à já grande presença de *hardware* da Huawei na infraestrutura de rede móvel das gerações anteriores. Como colocado por Saraiva e Silva (2019), no que tange as disputas pela formulação da política externa de Bolsonaro, quanto maior o impacto, especialmente econômico, sobre os grupos internos que servem de base ao governo Bolsonaro, maior a probabilidade de a ala pragmática se sobressair.

Após a identificação e classificação dos grupos de interesse, e da análise dos resultados práticos do leilão do 5G, é importante olhar para esse processo sob a lente analítica do modelo de Hermann para compreendermos como se deu o processo decisório que optou por não proibir

a Huawei de fornecer equipamentos às empresas de telefonia do Brasil. Podemos afirmar que, durante todo o período em que membros do governo e representantes empresariais realizavam declarações sobre a importância de uma decisão favorável ou contrária à Huawei, estávamos diante das “ocasiões para decisões”, ou seja, momento em que os atores envolvidos buscam um curso de ação que atenda e maximize seus interesses frente ao problema apresentado. Como forma de facilitar a análise, os posicionamentos dos atores foram divididos entre pragmáticos e ideológicos, sendo que podemos entender esses como favoráveis e contrários à Huawei, respectivamente.

Considerando a diversidade dos atores envolvidos nesse processo, podemos considerar que a unidade de decisão no caso do 5G se trata de uma coalização de atores autônomos, já que mais de duas entidades de grupos distintas, como o vice-presidente do executivo, a bancada do agronegócio no legislativo, e representantes das empresas de telecomunicações da sociedade, seriam capazes de barrar uma eventual proibição da Huawei na rede 5G brasileira por parte do grupo aqui classificado como ideológico. Ao mesmo tempo, caso não ocorresse uma articulação entre esses diferentes atores, eles não seriam capazes de mobilizar os recursos do governo de forma individual, sendo sobrepostos pelos interesses do grupo ideológico. Temos, portanto, uma unidade de decisão que consiste em múltiplos atores que tradicionalmente não fazem parte de um mesmo grupo, mas que formam uma coalizão devido à convergência de interesses.

A descrição de Hermann (2001) ao caracterizar esse tipo de unidade de decisão reforça essa classificação:

As entidades que compõe os múltiplos atores independentes podem ser de fora do governo como de dentro do governo. [...] Para ser incluso como parte desse tipo de unidade de decisão, o ator de fora do governo deve participar no processo de decisão do problema e não apenas na implementação das decisões. Tais atores precisam ter a possibilidade de reter os recursos necessários para ação se não forem consultados no processo de tomada de decisão. Esses atores não-governamentais precisam regularmente se engajar no processo de decisão de certos problemas, ou ter o poder de veto, ou de reverter a decisão do governo para serem considerados parte da unidade de decisão. Sua autoridade de veto ou sobreposição podem ser baseados na lei [...] (Herman, 2001, p. 62).

Podemos considerar que tal descrição contempla, por exemplo, as empresas de telecomunicações, entidades de fora do governo, que recorrentemente se engajam e participam de decisões referentes às redes móveis, além de ter a capacidade de reverter uma eventual decisão governamental em caso de proibição da Huawei, através da judicialização do leilão do 5G, que, como mencionado anteriormente, foi antecipado por membros do governo. Da mesma forma, a banca ruralista, com forte presença no congresso nacional, seria capaz de reverter a decisão do executivo em caso de uma proibição da Huawei, temendo uma retaliação aos



produtos do agronegócio brasileiro por parte de Pequim. Sendo uma de suas bases mais importantes, Bolsonaro pode ter cedido às pressões da bancada ruralista, temendo uma possível retaliação e perda de apoio.

Para além dos atores nacionais, Herman (2001) também coloca que a unidade de decisão dos múltiplos atores autônomos podem abranger governos estrangeiros, seus representantes, corporações multinacionais ou organizações internacionais, sendo que o mais comum desse tipo de ator são governos dominados militarmente ou economicamente por uma nação estrangeira. Apesar de não ser exatamente o caso de o Brasil ser dominado economicamente pela China, não se pode desconsiderar a crescente relevância do país asiático nas relações econômicas internacionais do Brasil, o que reforça a capacidade chinesa de influenciar a política interna e externa brasileira. No caso do 5G, essa capacidade parece ter se potencializado, pois, como demonstrado por Li (2023), em meio a pandemia de COVID-19, Pequim parece ter se utilizado da dependência brasileira em relação aos insumos para produção de vacinas como forma de pressionar o Brasil a não proibir o uso de equipamentos da Huawei na rede 5G.

As colocações de Hermann (2001) reforçam o embasamento teórico da pressão chinesa e demais grupos que não necessariamente fazem parte do governo:

Mesmo que as estruturas formais de um governo sugiram que a unidade de decisão para uma ocasião em particular seja tomada por um líder predominante ou um grupo único, a presença de atores relevantes de fora do governo pode alterar a natureza da unidade de decisão. [...] A dispersão de poder e influência em um governo ou sociedade pode alterar a unidade de decisão do que aparenta ser formalmente para um conjunto informal de atores que precisam colaborar para que qualquer decisão formal seja tomada (Hermann, 2001, p. 62-63).

Após mais de dois anos de declarações públicas de membros do governo e evidentes discordâncias entre os diferentes membros do governo, da sociedade civil e atores do cenário internacional, as regras para realização do leilão do 5G foram publicadas, deixando claro que o grupo pragmático que buscava impedir uma proibição da Huawei se sobressaiu, porém, não de forma absoluta. O grupo ideológico presente no governo foi capaz de restringir a participação da empresa chinesa às redes públicas, essas as mais importantes comercialmente, além de impor o requisito do *Release 16*, que cria um pequeno incentivo para o uso de equipamentos ocidentais nas redes de dados móveis.

Sob a ótica do arcabouço utilizado, os resultados da dinâmica entre as unidades de decisão apontam para um resultado de compromisso desequilibrado. Nas palavras de Hermann (2001):

Um compromisso desequilibrado [...] sugere que as preferências de um grupo prevaleceram, ao mesmo tempo que abdicaram de uma pequena parte de seus interesses para permitir a participação dos demais atores no processo de decisão, preservando sua dignidade (Hermann, 2001, p. 69).

Essa classificação se deve, porque o grupo pragmático foi capaz de barrar a tentativa de proibir a participação da Huawei nas redes públicas, essas as mais importantes do leilão, ao mesmo tempo que parece ter cedido uma “pequena vitória” ao grupo ideológico, aceitando as restrições impostas de forma discreta à rede privativa do governo, além do padrão que incentiva o uso de hardware ocidental em redes públicas. Ao analisar os interesses em jogo e os posicionamentos iniciais de ambos os grupos, podemos afirmar que os ideológicos cederam de forma desproporcional se comparado aos interesses dos pragmáticos, que lhes concederam uma “saída honrosa” da disputa.

## 5. Conclusão

Partindo da revisão histórica da política externa brasileira, percebemos que a política externa de Bolsonaro contrasta fortemente com os governos de seus antecessores desde a redemocratização, especialmente os governos petistas. Bolsonaro adotou uma política externa de alinhamento automático e personalista com o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, como forma de ganhar espaço e proeminência no sistema internacional, ao mesmo tempo que mobilizava sua base de apoio extremista. Devido a essa característica, o Brasil se tornou mais suscetível a pressões dos Estados Unidos, mesmo que não se dessem de forma tão contundente e incisiva, abrindo caminho para o posicionamento inicial tomado por Bolsonaro no que tange à permissão da Huawei de participar da rede 5G brasileira.

A falta de coesão interna do governo referente à posição do Brasil em meio a essa disputa tecnológica entre China e Estados Unidos gerou declarações inconsistentes de diferentes membros do governo sobre qual seria a posição do Brasil nesse conflito. Não à toa, após o fracasso de Trump em se reeleger, as relações Brasil – Estados Unidos se arrefeceram, com a saída de Trump da Casa Branca marcando uma inflexão nas relações Brasil – Estados Unidos durante o governo Bolsonaro. Com essa mudança, o discurso e as medidas reacionárias de Bolsonaro na política externa perderam força, dando maior proeminência aos grupos pragmáticos internos.

Exemplos da diminuição dessa política externa mais vocal e reacionária foram o abandono da pauta de mudança da embaixada de Tel Aviv para Jerusalém, que ao início do governo era um tópico bastante almejado, principalmente pela pressão dos grupos evangélicos, mas que foi deixado de lado após as reações dos países árabes, e pelo contraponto do agronegócio brasileiro, que temia uma retaliação do mundo árabe. Outra pauta de destaque, que passou por essa mudança, foram as relações com a China de forma geral, com Bolsonaro transitando de uma narrativa combativa e de enfrentamento para uma abordagem mais conciliatória. A transição e perda de influência dos grupos ideológicos foi um dos fatores que contribuiu para o resultado observado do leilão da rede 5G.

A pressão exercida sobre o governo brasileiro pelos grupos internos foi bastante favorecida pelo sistema político brasileiro, que exige do presidente a formação de grandes coalisões para governar, quase sempre gerando grupos heterogêneos com agendas muito opostas e de difícil conciliação. Tendo como uma de suas maiores bases de apoio o agronegócio, grupo esse com enorme presença no congresso nacional, o governo se mostrou bastante

vulnerável a seus interesses, que também teria competência legal para reverter uma eventual decisão de boicotar a Huawei por parte de Bolsonaro. Tal reversão seria incentivada pelo temor de uma possível retaliação da China, hoje o maior mercado para os produtos do agronegócio brasileiro.

Além do legislativo, o poder judiciário também foi capaz de pressionar o governo no caso do 5G, pois, caso não houvesse uma justificativa plausível para o banimento da Huawei, tanto o Tribunal de Contas da União – TCU poderia considerar o edital da Anatel como irregular por não garantir tratamento isonômico aos fornecedores de *hardware*, como as empresas de telecomunicação brasileiras também podendo judicializar o edital do leilão do 5G, que muito provavelmente resultaria em uma exigência de alterações no edital, permitindo a participação da empresa chinesa.

A aplicação da estrutura de análise de processo decisório proposto por Hermann contribui para o entendimento da dinâmica de todo o processo decisório, desde o reconhecimento do problema por parte dos atores envolvidos até os resultados gerados ao final do processo de decisão. Foi possível identificar que, logo em 2019, quando os Estados Unidos iniciaram sua campanha contra a Huawei, os atores envolvidos no processo de decisão prontamente reconheceram o alinhamento do Brasil como um problema que necessitava de ser resolvido. Nos próximos dois anos, houve várias ocasiões para decisão, em que ocorria um “puxa e empurra” entre os atores, que culminou na emergência de uma unidade de decisão de múltiplos atores autônomos, ou seja, uma unidade de decisão em que diferentes atores que não fazem parte de um mesmo grupo, formam uma coalizão devido a interesses comuns, possibilitando que consigam mobilizar os recursos do Estado em seu favor, algo que não seria possível sem a coalizão.

Além da pressão dos atores internos, também foram identificados atores externos capazes de exercer pressão sobre essa dinâmica, com o mais relevante sendo o governo chinês, devido aos fortes indícios de que Pequim se utilizou da dependência econômica e vulnerabilidade brasileira na produção de vacinas para exigir que não houvesse uma proibição à Huawei. Isso porque, ao se observar uma linha do tempo dos acontecimentos, é possível notar que os insumos para produção da CoronaVac foram liberados para exportação apenas alguns dias após o governo brasileiro publicar a portaria oficial confirmando que não haveria qualquer veto à empresa chinesa.

Contudo, apesar do sucesso dessa pressão exercida pela China sobre o Brasil e da vitória da ala pragmática do governo, dois pontos chamaram atenção na minuta que estabeleceu as regras para o leilão das redes 5G. O primeiro foi a exigência de uso do *Release 16*, que na prática requer a criação de uma rede desvinculada das gerações anteriores, ignorando que, no Brasil e no mundo, a forma de evolução das gerações de redes móveis é sempre gradual, com os equipamentos das gerações anteriores sendo utilizados até que a rede tenha características plenas da nova geração. Isso faz com que a rede de nova geração seja completamente independente dos equipamentos mais antigos, esses que são majoritariamente fornecidos pela Huawei, criando, assim, uma abertura “*soft*” para o não uso de equipamentos da Huawei.

O segundo ponto se trata de uma exigência para as empresas que vão construir a rede privada do governo que se utilize *hardware* fornecido apenas por empresas que cumpram os requisitos de transparência do mercado acionário brasileiro, algo que a Huawei não consegue garantir por se tratar de uma empresa privada de capital fechado. Apesar de negar que tal medida tenha sido utilizada para barrar a participação da Huawei na rede privada, o Ministro das Comunicações também afirmou que essa medida “resolveu” o problema da preocupação com espionagem na rede governamental, indicando que a medida foi sim utilizada como forma de barrar a empresa chinesa.

O resultado do leilão parece indicar uma saída encontrada pelo governo para atender aos interesses dos grupos pragmáticos e a pressão chinesa, que se sobressaíram, autorizando os equipamentos da Huawei de estarem presentes nas redes comerciais, ao mesmo tempo que barrou sua participação na rede governamental, sem ter de admitir uma derrota completa. Os mecanismos para limitar a participação da Huawei no Brasil, mesmo que de forma muito pouco significativa, foram os mesmos utilizados por outros países, como os Estados Unidos, o que agradou a ala ideológica do governo. Contudo, não se pode negar que o maior derrotado na disputa brasileira foram os Estados Unidos, que, mesmo oferecendo linhas de crédito para financiar a construção da rede 5G, e insinuando dificuldade na assinatura de acordos futuros de cooperação militar, não viram seus esforços trazer resultados, pois, assim como ocorreu no território de seus aliados mais próximos, desejava o banimento completo das empresas chinesas nas redes 5G brasileiras.

Sob a lente de análise da estrutura de Hermann, entendemos que esse processo decisório resultou em um “compromisso desequilibrado”, na qual os interesses do grupo aqui classificado como pragmático se sobressaíram sobre os interesses do grupo ideológico, uma vez que as restrições à Huawei foram apenas simbólicas, não havendo nenhum impedimento de se utilizar

equipamentos chineses nas redes comerciais, as mais importantes para as empresas que operam no setor. Ao mesmo tempo, o grupo pragmático cedeu em uma proporção bem menor, permitindo que fosse imposta a proibição do uso de equipamentos da Huawei na rede privada do governo, além do padrão *Release 16*, como forma uma “saída honrosa” ao grupo ideológico.

De qualquer forma, mesmo tendo optado pela decisão de não banir a Huawei de sua rede 5G, evitando um maior desgaste da relação com Pequim, além de perdas econômicas potenciais que viriam com uma resposta da China, a falta de coesão interna do governo Bolsonaro deixou de aproveitar a oportunidade de extrair maiores benefícios dessa disputa entre China e Estados Unidos, que poderiam se traduzir em grandes ganhos ao Brasil. Tal posicionamento foi resultado da crescente dependência do Brasil em relação à China, permitindo que essa explorasse uma vulnerabilidade brasileira em um momento delicado, mas principalmente da percepção de realidade da ala ideológica do governo, que priorizou o alinhamento com governos reacionários ao redor do mundo como forma de mobilizar suas bases eleitorais para ganhos próprios, ao invés de adotarem uma posição benéfica ao Estado brasileiro.

Este trabalho não pretendia apresentar uma análise definitiva sobre o caso do leilão do 5G, que se mostrou bastante complexo e com muitas variáveis. Novos estudos, se utilizando de outros métodos, buscando um maior aprofundamento e compreensão desse caso de política externa, bem como o estudo de outros casos semelhantes do governo Bolsonaro, como a declarada intenção de mudar a embaixada de Tel Aviv para Jerusalém, que também não se concretizou, podem contribuir para o entendimento mais aprofundado da complexa dinâmica dos grupos internos do governo Bolsonaro e sua política externa.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de Coalizão: O dilema institucional brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-34, jan./1988. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4251415/mod\\_resource/content/1/AbranchesSergio%281988%29\\_PresidencialismodeCoalizao.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4251415/mod_resource/content/1/AbranchesSergio%281988%29_PresidencialismodeCoalizao.pdf). Acesso em: 30 nov. 2023.
- ABRÃO, Rafael Almeida Ferreira; SANTOS, Vitor Hugo Dos; SOUSA, Ana Tereza Lopes Marra. Entre a subserviência e o pragmatismo: o Brasil perante o 5G. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p.71-92. 2021.
- ALPER, Alexandra. U.S. lawmaker seeks ban on intelligence sharing with countries that use Huawei. **Reuters**, 8 de jan. de 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-usa-huawei-congress-idUSKBN1Z72MK>. Acesso em: 25 ago. 2022.
- ARAÚJO, Carla; RITTNER, Daniel; MURAKAWA, Fabio. Brasil descarta vetar presença da Huawei em 5G, avisa Mourão. **Valor Econômico**, Brasília, 07 de jun. de 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/06/07/brasil-descarta-vetar-presenca-da-huawei-em-5g-avisa-mourao.ghtml>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. Trump e o Ocidente. **Cadernos de Política Exterior**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 323-357, dez./2017. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca/download/CADERNOS-DO-IPRI-N-6.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- ATWOOD, Kylie; GAOUETTE, Nicole. US warns Germany that using Huawei tech will come at a cost. **CNN**, 11 de mar. de 2019. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2019/03/11/politics/us-germany-huawei-letter/index.html>. Acesso em: 26 jul. 2022.
- B3 - BDRs - Brazilian Depositary Receipts. **B3**, São Paulo, 2022. Disponível em: [https://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/bdrs-brazilian-depositary-receipts/](https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/bdrs-brazilian-depositary-receipts/). Acesso em: 25 de fev. 2024.
- BARBOSA, Rafael; FAGUNDES, Murilo. Entenda o leilão do 5G e as perspectivas para a tecnologia no Brasil. **Poder360**, 10 de jan. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/entenda-o-leilao-do-5g-e-as-perspectivas-para-a-tecnologia-no-brasil/>. Acesso em: 3 de jul. de 2022.
- BARNES, Julian E.; SATARIANO, Adam. U.S. Campaign to Ban Huawei Overseas Stumbles as Allies Resist. **New York Times**, 17 de mar. de 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/03/17/us/politics/huawei-ban.html>. Acesso em: 13 jul. 2022.

BASTOS, P. P. Z; HIRATUKA, Celio. **Para além da política econômica**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

BECARD, D.; MACEDO, B. Chinese multinational corporations in Brazil: strategies and implications in energy and telecom sectors. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 57, n. 1, p. 143-161, 2014

BERG, Ryan, C. China in Latin America and the Caribbean. **CSIS – Center for Strategic & International Studies**, Washington, D.C. 20 de mai. de 2021. Disponível em: [https://www.uscc.gov/sites/default/files/2021-05/Ryan\\_Berg\\_Testimony.pdf](https://www.uscc.gov/sites/default/files/2021-05/Ryan_Berg_Testimony.pdf)

BERRINGER, Tatiana; FORLINI, Luana. Crise política e mudança na política externa no governo Temer: contradições no seio da burguesia interna brasileira. **Conjuntura Austral**, [S.I.], v. 9, n. 48, p. 5-19, dez./2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/83713>. Acesso em: 5 jun. 2022.

BOADLE, Anthony. Brazil backs U.S. Clean Network proposal for transparent 5G technology. **Reuters**, 11 de nov. de 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-usa-brazil-5g-idUSKBN27R06T>. Acesso em: 3 ago. 2022.

BOADLE, Anthony; PARAGUASSU, Lisandra. Brazil regulator approves 5G spectrum auction rules, no Huawei ban. **Reuters**, 2021. Disponível em: [https://www.reuters.com/business/media-telecom/brazil-regulator-approves-5g-spectrum-auction-rules-no-huawei-ban-2021-02-26/#:~:text=Brazil%20regulator%20approves%205G%20spectrum%20auction%20rules%2C%20no%20Huawei%20ban,-Reuters&text=BRASILIA%2C%20Feb%2025%20\(Reuters\),UL\)%20as%20an%20equipment%20sup.](https://www.reuters.com/business/media-telecom/brazil-regulator-approves-5g-spectrum-auction-rules-no-huawei-ban-2021-02-26/#:~:text=Brazil%20regulator%20approves%205G%20spectrum%20auction%20rules%2C%20no%20Huawei%20ban,-Reuters&text=BRASILIA%2C%20Feb%2025%20(Reuters),UL)%20as%20an%20equipment%20sup.) Acesso em: 25 fev. 2024.

BOADLE, Anthony; SHALAL, Andrea. U.S. offers Brazil telecoms financing to buy 5G equipment from Huawei rivals. **Reuters**, 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-usa-brazil-trade/u-s-offers-brazil-telecoms-financing-to-buy-5g-equipment-from-huawei-rivals-idUSKBN2751TA/>. Acesso em: 27 fev. 2024.

BRAGA, Lucas. Operadoras defendem equipamentos 5G da Huawei no Brasil. **Tecnoblog**, 2019. Disponível em: <https://tecnoblog.net/noticias/2020/06/30/operadoras-defendem-equipamentos-5g-da-huawei-no-brasil/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRITO, Sarah. Coronavac: Butantan pede agilidade à China para mais insumos. **A cidade On**, Campinas, 18 de jan de 2021. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/campinas/coronavirus/coronavac-butantan-pede-agilidade-a-china-para-mais-insumos/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

CARDOSO, Daniel. China-Brazil: A Strategic Partnership in an Evolving World Order. **East Asia**, [S.I.], v. 30, n. 1, p. 35-51, dez./2013. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12140-012-9186-z>. Acesso em: 6 mar. 2024.



CARNEIRO, Júlia Dias. Malafaia garante que Bolsonaro mudará embaixada em Israel: 'Vai ter que ser macho, e acho que ele é'. **BBC News Brasil**, Rio de Janeiro, 01 de abr. de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47763132>. Acesso em: 6 mar. 2024.

CARVALHO, Daniel. Bolsonaro reconhece vitória de Biden mais de um mês após eleição nos EUA. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 de dez. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/12/bolsonaro-reconhece-vitoria-de-biden-mais-de-um-mes-apos-eleicao-nos-eua.shtml>. Acesso em: 22 fev. 2024.

CHAGAS-BASTOS, Fabrício H. Political Realignment in Brazil: Jair Bolsonaro and the Right Turn. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, v. 1, n. 69, p. 92-100, set./2019. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0123-885X2019000300092](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-885X2019000300092). Acesso em: 5 jun. 2022.

CLARK, Don; SWANSON, Ana. U.S. Restricts Sales of Sophisticated Chips to China and Russia. **New York Times**, 31 de ago. de 2022. Disponível em: [https://www.nytimes.com/2022/08/31/technology/gpu-chips-china-russia.html?utm\\_source=meio&utm\\_medium=email](https://www.nytimes.com/2022/08/31/technology/gpu-chips-china-russia.html?utm_source=meio&utm_medium=email). Acesso em: 15 ago. 2022.

CNN. **Covid-19: insumos para produzir 8,6 milhões de doses da Coronovac chegam a SP**. Cable News Network, São Paulo, 04 de fev. de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/covid-19-5-4-mil-litros-de-insumos-da-coronovac-chegam-a-sao-paulo/>. Acesso em: 25 fev. 2024.

COLETTA, Ricardo Della; WIZIACK, Julio; FERNANDES, Talita. EUA pressionam Brasil contra entrada da chinesa Huawei no mercado de 5G. **Folha de São Paulo**, 19 de nov. de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/eua-pressionam-brasil-contra-entrada-da-chinesa-huawei-no-mercado-de-5g.shtml>. Acesso em: 13 mar. 2024.

DW. **EUA desistem de apoiar entrada do Brasil na OCDE**. Deutsche Welle, 10 de out. de 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/eua-desistem-de-apoiar-entrada-do-brasil-na-ocde/a-50785162>. Acesso em: 25 fev. 2024.

EMBAIXADA DA CHINA NO BRASIL [@EmbaixadaChina]. **O embaixador @WanmingYang acaba de conversar com o Ministro da Saúde @lhmandetta. Trocaram opiniões sobre o fortalecimento da cooperação China-Brasil no combate à pandemia de Covid-19. @minsaude#ChinaBrasilJuntos** 7 de abr. de 2020. Twitter: @EmbaixadaChina. Disponível em: <https://twitter.com/EmbaixadaChina/status/1247607206817730562>. Acesso em: 13/03/2024

EMBAIXADA DA CHINA NO BRASIL [@EmbaixadaChina]. **O Emb. Yan Wanming se reuniu hoje com o Min. Eduardo Pazuello @minsaude por videoconferência. Conversaram sobre a cooperação antiepidêmica e de vacinas entre os 2 países. A China continuará unida ao Brasil no combate à pandemia p/ superar em conjunto os desafios colocados pela pandemia.** 20 de jan. de 2021. Twitter: @EmbaixadaChina. Disponível em: <https://twitter.com/embaixadachina/status/1352010019231948808>. Acesso em: 22/03/2024

ESTEVEES, Paulo. Bolsonaro Administration and Brazil–China Relations. **BPC Policy Brief**, [S.I.], v. 9, n. 3, p. 1-6, jun./2020. Disponível em: <https://www.bricspolicycenter.org/en/download/12292/>. Acesso em: 6 mar. 2024.

EXAME. O que é 5G e quem são as principais empresas? 15 de mar. de 2018. Disponível em: <https://exame.com/negocios/o-que-e-5g-e-quem-sao-as-principais-empresas/>. Acesso em: 14 jul. 2022.

EXAME. **Bolsonaro não deve mais barrar a Huawei no leilão do 5G no Brasil**. 16 de jan. de 2021. Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-nao-deve-mais-barrar-a-huawei-no-leilao-do-5g-no-brasil/>. Acesso em: 18 ago. 2022.

FELLET, João. As polêmicas sobre o acordo entre Brasil e EUA para uso do centro espacial de Alcântara. **BBC News Brasil**, São Paulo, 20 de mar. De 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47632237>. Acesso em: 21 jul. 2023.

FERNANDES, Talita. Bolsonaro afirma que transferirá embaixada para Jerusalém até 2021. **Folha de São Paulo**, 3 de fev. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/02/bolsonaro-afirma-que-transferira-embaixada-para-jerusalem-ate-2021.shtml>. Acesso em: 24 jul. 2022.

FORBES. Bolsonaro recua em decisão sobre a Huawei diante do fim do mandato de Trump. **Forbes**, 18 de jan. de 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/01/bolsonaro-recua-em-decisao-sobre-a-huawei-diante-do-fim-do-mandato-de-trump/>. Acesso em: 6 jul. 2022.

G1. 5,4 mil litros de insumo da vacina CoronaVac devem chegar a SP na noite de quarta-feira. **G1**, São Paulo, 10 de fev. de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/01/54-mil-litros-de-insumo-da-vacina-coronavac-devem-chegar-a-sp-na-noite-de-quarta-feira.ghtml>. Acesso em: 25 fev. 2024.

GARDINI, Gian Luca. **Latin American Foreign Policies: Between Ideology and Pragmatism**. Palgrave Macmillan, 2011.

GONDIM, Abnor. Não é o caso de misturar leilão do 5G com cibersegurança, diz presidente da Anatel. **Telesintese**, 18 de fev. de 2020. Disponível em: <https://www.telesintese.com.br/nao-e-o-caso-de-misturar-leilao-do-5g-com-ciberseguranca-diz-presidente-da-anatel/>. Acesso em: 25 ago. 2022.

Gonçalves, Williams da Silva e Miyamoto, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos**, vol.6 n.12. Rio de Janeiro, 1993, p. 211-246.

GONÇALVES, Williams; TEIXEIRA, Tatiana. Considerações sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro e as relações Brasil-EUA. **Sul Global**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 192-211, jan./2020.

HERMANN, Margaret G. How Decision Units Shape Foreign Policy: a Theoretical Framework. **International Studies Review**, [S.I.], v. 3, n. 2, p. 47-81, jun./2001.

HILLE, Kathrin. 'Wolf warrior' diplomats reveal China's ambitions. **Financial Times**, Taipei, 11 de mai. de 2020. Disponível em: <https://www.ft.com/content/7d500105-4349-4721-b4f5-179de6a58f08>. Acesso em: 13 mar. 2024.

HIRST, M.; MACIEL, T. Brazil's foreign policy in the time of the Bolsonaro Government. **SciELO Preprints**, 2022. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4771>. Acesso em: 11 jul. 2023.

IMPrensa NACIONAL. Instrução Normativo nº4, de 26 de março de 2020. **Imprensa Nacional**, 26 de mar. de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-4-de-26-de-marco-de-2020-250059468>. Acesso em: 27 ago. 2022.

IMPrensa NACIONAL. Portaria nº 1.924/SEI-MCOM, de 29 de janeiro de 2021. **Imprensa Nacional**, 29 de jan. de 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.924/sei-mcom-de-29-de-janeiro-de-2021-301396768>. Acesso em: 13 abr. 2022.

INFOMONEY. Após Mourão defender Huawei, Bolsonaro desautoriza falas do vice sobre 5G. **Infomoney**, 8 de dez. de 2020. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/apos-mourao-defender-huawei-bolsonaro-desautoriza-falas-do-vice-sobre-5g/>. Acesso em: 9 jun. 2022.

INFOMONEY. Bolsonaro avalia proibir Huawei na rede 5G do Brasil. **Infomoney**, 15 de out. de 2020. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/bolsonaro-avalia-proibir-huawei-na-rede-5g-do-brasil/>. Acesso em: 11 jul. 2022.

JAISAL, Edvanam Kuroolikandiparamba. The US, China and Huawei Debate on 5G Telecom Technology: Global Apprehensions and the Indian Scenario. **Open Political Science**, Kozhikode, v. 3, n. 1, p. 66-72, mar./2020.

JULIÃO, Henrique. Paulo Guedes: 'suspeição geopolítica' à China afeta competição no 5G brasileiro. **Teletime**, 07 de jul. de 2020. Disponível em: <https://teletime.com.br/07/07/2020/paulo-guedes-suspeicao-geopolitica-a-china-afeta-competicao-no-5g-brasileiro/>. Acesso em: 8 set. 2022.

JUNQUEIRA, Caio. Em carta, embaixador da China informa Pazuello sobre sucesso no envio de insumo. **CNN Brasil**, 25 de jan. de 2021a. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/em-carta-embaixador-da-china-informa-pazuello-sobre-sucesso-no-envio-de-insumo/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

JUNQUEIRA, Caio. Governo atende China e não exclui país do 5G. **CNN Brasil**, 29 de jan. de 2021b. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/governo-atende-china-e-nao-exclui-pais-do-5g/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

JUNQUEIRA, Felipe. Operadoras brasileiras pedem transparência e participação da Huawei no 5G. **Canaltech**, 29 de nov. de 2020. Disponível em: <https://canaltech.com.br/telecom/operadoras-brasileiras-pedem-transparencia-e-participacao-da-huawei-no-5g-175404/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

KANEKO, Kaori. Japan to ban Huawei, ZTE from govt contracts – Yomiuri. **Reuters**, 6 de dez. 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/idUSL4N1YB6JJ/>. Acesso em: 3 de fev. 2023.

KAUR, Gagandeep. India tightens restrictions on Huawei, ZTE. **Light Reading**, 13 de jul. 2022. Disponível em: <https://www.lightreading.com/5g/india-tightens-restrictions-on-huawei-zte>. Acesso em: 3 de fev. 2023.

KANG, Cecilia; SANGER, David E. Huawei Is a Target as Trump Moves to Ban Foreign Telecom Gear. **The New York Times**, 15 de mai. de 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/05/15/business/huawei-ban-trump.html#:~:text=WASHINGTON%20%E2%80%94%20President%20Trump%20moved%20on,the%20country's%20leading%20networking%20company>. Acesso em: 4 ago. 2022.

LI, Ya. **How are government's decisions affected by an external power? The case of Huawei 5G in Brazil.** Tese de mestrado em Gestão Internacional – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, p.53. 2023.

LIANG, Annabelle. Canada to ban China's Huawei and ZTE from its 5G networks. **BBC News**, 20 de mai. de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/business-61517729>. Acesso em: 13 ago. 2022.

LIMA, W. M. P. O fortalecimento da política externa brasileira com os Estados Unidos durante a última década. **Jornal Tribuna**, p. 1-11, jun./2021.

LIMONGI, Fernando. Democracy in Brazil Presidentialism, party coalitions and the decision making process. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-29, jan./2007. Disponível em: [http://socialsciences.scielo.org/pdf/s\\_nec/v3nse/scs\\_a01.pdf](http://socialsciences.scielo.org/pdf/s_nec/v3nse/scs_a01.pdf). Acesso em: 21 dez. 2023.

LIY, Macarena Vidal. Retorno de Meng Wanzhou à China e libertação de canadenses detidos põem fim ao 'caso Huawei'. **El País**, Pequim, 25 de set. de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-09-25/retorno-de-meng-wanzhou-a-china-e-libertacao-de-canadenses-detidos-poem-fim-ao-caso-huawei.html>. Acesso em: 18 jul. 2022.

LOBO, Ana Paula. Fábio Faria: A Huawei está fora da rede privada do governo. **Convergência Digital**, 9 de mar. de 2021. Disponível em: <https://www.convergenciadigital.com.br/Internet-Movel/Fabio-Faria%3A-A-Huawei-esta-fora-da-rede-privada-do-governo-56327.html?UserActiveTemplate=mobile>. Acesso em: 5 set. 2022.

LONDOÑO, Ernesto; CASADO, Leticia. Brazil Needs Vaccines. China Is Benefiting. **New York Times**, 15 de mar. de 2021. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/2021/03/15/world/americas/brazil-vaccine-china.html>. Acesso em: 23 fev. 2024.

MACEDO, Isabella. Rodrigo Maia anula moção de repúdio contra Alberto Fernández. **O Globo**, 11 de nov. de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/rodrigo-maia-anula-mocao-de-repudio-contra-alberto-fernandez-24075615>. Acesso em: 27 jul. 2022.

MACIEL, Rui. Huawei proibida de entrar no 5G brasileiro? Há mais perguntas que respostas. **Canaltech**, 16 de out. de 2020. Disponível em: <https://canaltech.com.br/telecom/huawei-proibida-de-entrar-no-5g-brasileiro-ha-mais-perguntas-que-respostas-173146/>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MASON, Jeff; MARTINA, Michael. U.S. warned Brazil that Huawei would leave it 'high and dry' on 5G. **Reuters**, 9 de ago. de 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/technology/us-warned-brazil-about-chinas-huawei-5g-network-white-house-official-2021-08-09/>. Acesso em: 29 fev. 2024.

MAZUI, Guilherme. Bolsonaro libera turistas de EUA, Austrália, Canadá e Japão a entrar no Brasil sem visto. **G1 Globo**, Brasília, 18 de mar. de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/18/bolsonaro-libera-cidadaos-de-eua-australia-canada-e-japao-de-visto-de-visita-ao-brasil.ghtml>. Acesso em: 19 jul. 2023.

MEHTA, Aaron. Turkey officially kicked out of F-35 program, costing US half a billion dollars. **Defense News**, 17 de jul. de 2019. Disponível em: <https://www.defensenews.com/air/2019/07/17/turkey-officially-kicked-out-of-f-35-program/>. Acesso em: 29 fev. 2024.

MENDONÇA, Heloísa; MOLINA, Federico Rivas. “Decisão de Trump de taxar o aço brasileiro é uma retaliação ao país”, diz indústria. **El País**, 02 de dez. de 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/12/02/economia/1575299561\\_364176.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/12/02/economia/1575299561_364176.html). Acesso em: 24 jul. 2023.

MONEY TIMES. Faria diz que Huawei não tem interesse em rede privada de 5G, infraestrutura do governo deve ter equipamentos europeus. **Money Times**, 19 de ago. de 2021. Disponível em: <https://www.moneytimes.com.br/faria-diz-que-huawei-nao-tem-interesse-em-rede-privada-de-5g-infraestrutura-do-governo-deve-ter-equipamentos-europeus/>. Acesso em: 9 set. 2022.

MONTEIRO, Tania; ROSA, Vera; WARTH, Anne. Bolsonaro não deve mais barrar a Huawei no leilão do 5G no Brasil. **Estadão**, 16 de jan. de 2021. Disponível em: [https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-nao-deve-mais-barrar-a-huawei-no-leilao-do-5g-no-brasil,70003583138?utm\\_source=estadao:app&utm\\_medium=noticia:compartilhamento](https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-nao-deve-mais-barrar-a-huawei-no-leilao-do-5g-no-brasil,70003583138?utm_source=estadao:app&utm_medium=noticia:compartilhamento). Acesso em: 14 jul. 2022.

MOREIRA Júnior, Hermes. Indústria 4.0 e novas dimensões tecnológicas no centro da economia-mundo capitalista: perspectivas para o Brasil. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2,

p. 79-91, jan./2020a. Disponível em:  
<https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/52036/28325>. Acesso em: 24 nov. 2022.

MOREIRA Júnior, Hermes. Política Externa Brasileira no início do século XXI: Diversificação, realinhamento e dependência. **Entre Lugar**, [S.I.], v. 11, n. 21, p. 240-260, jun./2020b. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/12057>. Acesso em: 5 mai. 2021.

NINIO, Marcelo. Em visita à China, Fábio Faria quebra gelo com a Huawei, é recebido sem quarentena e pede ajuda com a vacina. **O Globo**, 11 de fev. de 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/em-visita-china-fabio-faria-quebra-gelo-com-huawei-recebido-sem-quarentena-pede-ajuda-com-vacina-24878903>. Acesso em: 23 mar. 2024.

NOBRE, Noéli. Comissão aprova projeto que anula norma do governo sobre segurança cibernética na rede 5G. **Agência Câmara de Notícias**, 13 de mai. de 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/875433-comissao-aprova-projeto-que-anula-norma-do-governo-sobre-seguranca-cibernetica-na-rede-5g/>. Acesso em: 12 set. 2022.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. **NATO's partnerships**. NATO, 2024. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_84336.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_84336.htm). Acesso em: 4 mar. 2024.

OLIVEIRA, Regiane. Bolsonaro e Trump em análise: concessões brasileiras, chancela e ganhos políticos. **El País**, São Paulo, 19 de mar. de 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/19/politica/1553031485\\_648194.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/19/politica/1553031485_648194.html). Acesso em: 26 jul. 2022.

PARAGUASSU, Lisandra. Brazil looks for legal options to ban China's Huawei from 5G: sources. **Reuters**, 8 de dez. de 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/idUSKBN28I2F4/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

PINHEIRO, Leticia. **Política Externa Brasileira (1889-2002)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

PODER360. Laboratório chinês diz que CoronaVac mostra eficácia contra ômicron. **Poder360**, 7 de dez. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/laboratorio-chines-diz-que-coronavac-mostra-eficacia-contr-omicron/>. Acesso em: 05 dez. 2022.

POMPEO, Michael Richard. **The Clean Network**. US Department of State, 2020. Disponível em: <https://2017-2021.state.gov/the-clean-network/index.html>. Acesso em: 23 fev. 2024.

POSSEBON, Samuel. Proposta de edital exige redes 5G Release 16 e surpreende operadoras. **Teletime**, 29 de jan. de 2021. Disponível em: <https://teletime.com.br/29/01/2021/proposta-de-edital-exige-redes-5g-release-16-e-surpreende-operadoras/>. Acesso em: 11 mai. 2022.

PRIVACY INTERNATIONAL. **Five Eyes**, 2022. Disponível em: <https://privacyinternational.org/learn/five-eyes>. Acesso em: 16 ago. 2022.

QUALCOMM. Everything you need to know about 5G. **Qualcomm**, 2022. Disponível em: <https://www.qualcomm.com/5g/what-is-5g#:~:text=5G%20wireless%20technology%20is%20meant,experiences%20and%20connects%20new%20industries>. Acesso em: 20 jul. 2022.

QUEIROZ, Luiz. O que impedirá o GSI excluir a Huawei da rede privativa 5G do governo? **Capital Digital**, 20 de set. de 2021. Disponível em: <https://capitaldigital.com.br/o-que-impedira-o-gsi-excluir-a-huawei-da-rede-privativa-5g-do-governo/>. Acesso em: 3 set. 2022.

REUTERS. Brazil's Butantan expects less COVID-19 vaccine input from China. **Reuters**, 6 de mai. de 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/health-coronavirus-brazil-idUSL1N2MT157/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

REUTERS. European countries who put curbs on Huawei 5G equipment. **Reuters**, 29 de set. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/technology/european-countries-who-put-curbs-huawei-5g-equipment-2023-09-28/>. Acesso em: 3 de fev. 2023.

RIBEIRO, Ana Paula. Rodrigo Maia defende solução para que queimadas não prejudiquem agronegócio. **O Globo**, 22 de ago. de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/rodrigo-maia-defende-solucao-para-que-queimadas-nao-prejudiquem-agronegocio-23896639>. Acesso em: 11 ago. 2022.

SÁ, Nelson de. Araújo ameaça Huawei dias antes de reunião Xi-Bolsonaro. **Folha de São Paulo**, 26 de jun. de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nelsondesa/2019/06/araujo-ameaca-huawei-dias-antes-de-reuniao-xi-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 23 ago. 2022.

SARAIVA, Miriam Gomes. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? **Relações Internacionais R:I**, Lisboa, v. 44, n. 1, p. 25-35, dez./2014. Disponível em: [https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri44/n44a03.pdf](https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri44/n44a03.pdf). Acesso em: 14 fev. 2024.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Á. V. C. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais R:I**, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 117-137, dez./2019.

SARAIVA, Miriam Gomes. South America at the core of Brazilian foreign policy during Bolsonaro's administration (2019-2022). **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S.I.], v. 65, n. 2, p. 1-20, out./2022.

SGARIONI, Mariana. Maia autoriza criação de grupo para monitorar 5G no Brasil. **Mobile Time**, 3 de dez. de 2020. Disponível em: [https://www.mobiletime.com.br/noticias/03/12/2020/maia-autoriza-criacao-de-grupo-para-monitorar-5g-no-brasil/?utm\\_source=dlvr.it&utm\\_medium=facebook](https://www.mobiletime.com.br/noticias/03/12/2020/maia-autoriza-criacao-de-grupo-para-monitorar-5g-no-brasil/?utm_source=dlvr.it&utm_medium=facebook). Acesso em: 17 ago. 2022.

SGARIONI, Mariana. Baigorri: 'Huawei não consegue cumprir requisitos para a rede privada do governo'. **Teletime**, 04 de fev. de 2021. Disponível em: <https://teletime.com.br/04/02/2021/baigorri-huawei-nao-consegue-cumprir-requisitos-para-a-rede-privativa-do-governo/>. Acesso em: 2 set. 2022.

SIMOES, Eduardo. Brazil health regulator certifies Sinovac's CoronaVac production standards. **Reuters**, 21 de dez. de 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/healthcare-pharmaceuticals/brazil-health-regulator-certifies-sinovacs-coronavac-production-standards-2020-12-22/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

SOARES, Jussara; TOMAZELLI, Idiana; BEHNKE, Emilly. 'Quando acaba a saliva tem que ter pólvora', diz Bolsonaro ao reagir a declarações de Biden. **Estadão**, 10 de nov. de 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-abandona-estilo-paz-e-amor-e-chama-de-marica-quem-se-protege-de-coronavirus,70003509441>. Acesso em: 17 ago. 2022.

SOUTH CHINA MORNING POST. Vietnam shuns Huawei as it seeks to build Southeast Asia's first 5G network. **South China Morning Post**. 27 de ago. 2019. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/asia/southeast-asia/article/3024479/vietnam-shuns-huawei-it-seeks-build-aseans-first-5g>. Acesso em: 3 de fev. 2023.

SPEKTOR, Matias. Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. 2018.

STUENKEL, Oliver. China's Diplomats Are Going on the Offensive in Brazil. **Foreign Policy**, 15 de mai. de 2020. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2020/05/15/chinas-diplomats-are-going-on-the-offensive-in-brazil/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

STUENKEL, Oliver. Huawei Heads South The Battle Over 5G Comes to Latin America. **Foreign Affairs**, 10 de mai. de 2019. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/brazil/2019-05-10/huawei-heads-south>. Acesso em: 25 fev. 2024.

SHU, Catherine. Australia bans Huawei and ZTE from supplying technology for its 5G network. **TechCrunch**, 23 de ago. 2018. Disponível em: <https://techcrunch.com/2018/08/22/australia-bans-huawei-and-zte-from-supplying-technology-for-its-5g-network/?guccounter=1>. Acesso em: 3 de fev. 2023.

UEHARA, Alexandre; CASARÕES, Guilherme. Brazil, East Asia, and the Shaping of World Politics. **Perceptions**, v. 18, n. 1, p. 75-100, jan./2013. Disponível em: [https://library.dogus.edu.tr/mvt/pdf.php?lng=1&search=&articlelng=&fieldnu=&sortnu=0&sortdir=0&access=catalog&pdf=0014648&journalbg=\\*-&max=20&skip=0](https://library.dogus.edu.tr/mvt/pdf.php?lng=1&search=&articlelng=&fieldnu=&sortnu=0&sortdir=0&access=catalog&pdf=0014648&journalbg=*-&max=20&skip=0). Acesso em: 5 mar. 2024.

US DEPARTMENT OF STATE. **The Clean Network**. US Department of State, 2020. Disponível em: <https://2017-2021.state.gov/the-clean-network/index.html>. Acesso em: 23 fev. 2024.



VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa brasileira: A Busca da Autonomia de Sarney a Lula**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

WADHAMS, Nick; WESTALL, Sylvia. Biden Prods UAE to Dump Huawei, Sowing Doubts on Key F-35 Sale. **Bloomberg**, 11 de jun. de 2021. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-06-11/biden-prods-uae-to-dump-huawei-sowing-doubts-on-key-f-35-sale>. Acesso em: 29 fev. 2024.

WARTH, Anne. Chinesa Huawei está descartada para fornecer rede privada de 5G para governo, diz ministro. **Estadão**, 09 de mar. de 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/chinesa-huawei-esta-descartada-para-fornecer-rede-privada-de-5g-para-governo-diz-ministro/>. Acesso em: 25 fev. 2024.

WARTH, Anne. Leilão do 5G tem novo relator na Anatel. **Estadão**, 12 de nov. de 2020. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/coluna-do-broad/leilao-do-5g-tem-novo-relator-na-anatel/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

WIZIACK, Julio. Ministro diz que não cabe interferir em guerra que pode tirar Huawei do 5G. **Folha de São Paulo**, 11 de ago. de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/08/ministro-diz-que-nao-cabe-interferir-em-guerra-que-pode-tirar-huawei-do-5g.shtml>. Acesso em: 22 ago. 2022.

XAVIER, Luiz Gustavo. Maia anula moção de repúdio contra o presidente eleito da Argentina Fonte: Agência Câmara de Notícias. **Agência Câmara de Notícias**, 12 de nov. de 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/612970-maia-anula-mocao-de-repudio-contr-o-presidente-eleito-da-argentina/>. Acesso em: 25 fev. 2024.

ZAIA, Cristiano; RITTNER, Daniel. Governo já admite rever veto à Huawei. **Valor Econômico**, 19 de nov. de 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/11/19/governo-ja-admite-rever-veto-a-huawei.ghtml>. Acesso em: 9 ago. 2022.